



CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

MARIA BEATRIZ BRITO ALENCAR

ESTUDO DE CASO DOS IMPACTOS CAUSADOS DEVIDO AO MOVIMENTO
FEMINISTA E SUAS CONQUISTAS

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2021

MARIA BEATRIZ BRITO ALENCAR

**ESTUDO DE CASO DOS IMPACTOS CAUSADOS NA SOCIEDADE DEVIDO AO
MOVIMENTO FEMINISTA**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEÃO) de Juazeiro do Norte - CE, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Esp. Pautília Ferraz Araruna.

JUAZEIRO DO NORTE - CE

2021

MARIA BEATRIZ BRITO ALENCAR

**ESTUDO DE CASO DOS IMPACTOS CAUSADOS NA SOCIEDADE DEVIDO AO
MOVIMENTO FEMINISTA**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEÃO) de Juazeiro do Norte – CE, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Esp. Pautília Ferraz Araruna.

Aprovada em: 13/ 12 / 2021

BANCA EXAMINADORA

Profa. Esp. Pautilia Ferraz Araruna
Orientador (a)

Profa. Esp. Maria Dalva Silva Ribeiro
Examinador (a) 1

Profa. Me. Márcia de Sousa Figueiredo
Examinador (a) 2

**JUAZEIRO DO NORTE - CE
2021**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família e ao meu namorado pelo o incentivo, apoio e a colaboração durante a graduação. Dedico também aos líderes dos movimentos feministas e, aos Assistentes Sociais que atuam na assistência e efetivam os direitos sociais.

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento deste Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, contou com o apoio de diversas pessoas, entre as quais agradeço:

Primeiramente a minha mãe Maria Aparecida Brito Silva, por ter me incentivado a ingressar no curso de bacharelado em Serviço Social. Se não fosse ela não estaria concluindo a faculdade, com muita honra e gratidão por estar sempre ao meu lado.

Quero agradecer ao meu namorado Márcio Roberto B. P. de Souza por está ao meu lado e sempre estava disposto a colaborar e facilitar a rotina acadêmica, também ter me ajudado a superar as crises de ansiedade.

Não poderia deixar de agradecer a amiga Wellysca Silvestre que fez parte da minha juventude e também na vida acadêmica e contribuiu para o meu desenvolvimento.

Desde já quero agradecer a todas que se disponibilizaram a participar do questionamento, pela a contribuição no processo de obtenção de dados.

Para finalizar, agradecer a minha orientadora Pautilia Ferraz Araruna pela a orientação que contribuiu muito para a construção do TCC. Tenho admiração como pessoa e como profissional, e suas aulas foram inesquecíveis, obrigada pela paciência, atenção e apoio.

EPÍGRAFE

Qualquer que seja a liberdade pela qual lutemos, deve ser uma liberdade baseada na igualdade”.

(Judith Butler)

RESUMO

O presente trabalho, trata-se do estudo de caso relativo aos impactos do movimento feminista na sociedade contemporânea à luz dos dados pesquisados junto aos sujeitos do universo da pesquisa. Assim, traz-se a lume a seguinte questão: Como o serviço social atua e contribui para a inclusão da mulher e qual a sua importância nas lutas feministas? Discute-se o tema a partir da perspectiva da trajetória do serviço social e as suas ligações com o movimento feminista, o feminismo nos seus aspectos históricos e de lutas, com foco na autonomia financeira e independência da mulher, além das concepções de família e violência doméstica, fazendo discussões destes aspectos, ante os dados pesquisados junto a uma amostra de 40 (quarenta) mulheres de 05 cursos de graduação deste centro universitário, residentes na Região Metropolitana do Cariri (RMC), onde foram abordadas questões relacionadas aos aspectos pessoais das entrevistadas, sua visão e conhecimento sobre o feminismo e sobre o CRAS na perspectiva da relevância do serviço social nessa causa. A pesquisa abordada é de caráter social, visto que exerce relação direta com o cotidiano dos indivíduos, além de tratar indiretamente de questões políticas, o seu objetivo geral é discutir as questões que envolvem as lutas pelos direitos da mulher e os progressos já alcançados e, como o serviço social e o feminismo contribuem esta luta e para as conquistas já alcançadas. Nesse sentido, os avanços na educação são relevantes, mas, é preciso tomar consciência da necessidade de participação nos movimentos feministas e ao ocuparem posições de liderança no mercado de trabalho e na sociedade, as mulheres devem estar dispostas a sempre “puxar mais uma” para o palco de liderança e de mudança da sociedade.

Palavras-chave: Feminismo. Políticas Públicas. Assistência. Patriarcalismo. Luta.

ABSTRACT

The present work is a case study on the impacts of the feminist movement in contemporary society in light of the data researched with the subjects of the research universe. Thus, the following question arises: How does social service act and contribute to the inclusion of women and what is its importance in feminist struggles? The theme is discussed from the perspective of the trajectory of social work and its links with the feminist movement, feminism in its historical and struggle aspects, with a focus on women's financial autonomy and independence, in addition to the conceptions of family and violence domestic, discussing these aspects, in view of the data researched with a sample of 40 (forty) women from 05 undergraduate courses at this university center, residing in the Metropolitan Region of Cariri (RMC), where issues related to the personal aspects of the interviewees were addressed. , her vision and knowledge about feminism and about CRAS from the perspective of the relevance of social work in this cause. The research addressed is of a social nature, as it has a direct relationship with the daily lives of individuals, in addition to indirectly dealing with political issues, its general objective is to discuss issues involving the struggle for women's rights and the progress already achieved and, how social work and feminism contribute to this struggle and to the achievements already achieved. In this sense, advances in education are relevant, but it is necessary to be aware of the need to participate in feminist movements and, by occupying leadership positions in the labor market and in society, women must be willing to always "pull one more" to the stage for society's leadership and change.

Keywords: Feminism. Public Policies. Assistance. Patriarchy. Struggle.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CBASS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CF/1988 – Constituição Federal de 1988

CRM – Centro de Referência da Mulher

CREAS - O Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CIAM – Centro Integrado 18 de Atendimento à Mulher

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

NASF- Núcleo de Apoio à Saúde da Família

NPJ-Núcleo de Prática Jurídica

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PROVE – Programa de Verticalização da Pequena Produção Rural

RMC – Região Metropolitana do Cariri

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: TRAJETÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL	14
1.1 SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL, SEUS PRIMEIROS PASSOS E A RELAÇÃO COM A IGREJA CATÓLICA.....	14
1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO NO BRASIL	17
1.3 ENCONTRO DO FEMINISMO E SERVIÇO SOCIAL NAS LUTAS PELOS DIREITOS	23
CAPÍTULO II: FEMINISMO.....	26
2.1 PRIMEIROS PASSOS DO MOVIMENTO	26
2.2 INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA E AUTONOMIA FEMININA	30
2.2.1 Estatísticas	33
2.2.2 Sobre a Concepção da Família e o papel da Mulher nos Aspectos Sociais.....	34
2.3 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA X VIOLÊNCIA PATRIARCAL	36
CAPÍTULO III: PROCESSO METODOLÓGICO: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UM ESTUDO NO NÚCLEO DE APOIO DO SERVIÇO SOCIAL	38
3.1 PROCESSO METODOLÓGICO DA PESQUISA: DESENVOLVIMENTO NA COLETA DE DADOS	39
3.2 ANÁLISE DE DADOS, RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	43
3.2.1 Quem são as Mulheres Pesquisadas?	43
3.2.2 A “experiência” de Violência e o Conhecimento sobre o “Movimento Feminista” e o CRAS.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS.....	57

INTRODUÇÃO

O processo de pesquisa atentou-se em torno da violência existente contra mulheres em seu ambiente domiciliar e familiar, fazendo uma análise de como as políticas públicas torna-se grande influência na situação ainda existente até o período contemporâneo. Sendo necessário salientar sobre a profissão de assistente social no Brasil com seu surgimento na década de 1930 e a fundação da primeira escola brasileira de Serviço Social também ocorreu em meados desta mesma década, na cidade de São Paulo. A sua implantação e a compreensão do papel que o assistente social dentro da comunidade ocorreu de forma gradativa.

Nos tempos atuais já há uma maior compreensão do papel do assistente social e a expansão das oportunidades de trabalho destes profissionais, bem como a implantação de políticas públicas de atendimento da população que necessita destes serviços teve um aumento considerável, ao mesmo tempo em que houve uma expansão dos Centro Universitários que oferecem esta formação.

Nesse sentido é importante considerar que dos profissionais que atuam no serviço social, um grande número é de mulheres, mesmo tendo se mantido por algum tempo longe da luta feminista, o contexto interventivo dessa profissão remete à necessidade de militar nesse campo. E atualmente, dada a natureza da sua função e o público da sua demanda de atendimento, o assistente social é um sujeito ativo das mudanças sociais, e assim, a sua atuação está muito ligada ao feminismo, mesmo que o seu protagonismo neste seja indireto.

Esse número elevado de mulheres atuando no serviço social é um indicativo de que a mulher passa a ocupar um espaço de trabalho relevante, ao mesmo tempo em que pode atuar no acolhimento e orientação de outras mulheres para que possam superar as situações de vulnerabilidade social, muitas vezes, decorrentes do patriarcalismo e do comportamento machista de uma grande fatia da sociedade.

Assim, essa é uma função atrelada ao trabalho do serviço social, especialmente quando é desempenhado pela mulher que tem o “lugar de fala” nas situações de exploração e de submissão ao homem. No mesmo sentido, os movimentos de massa, como é o caso do “movimento feminista” também são fundamentais para transformar uma sociedade, por exemplo, rejeitando a identificação e perpetuação da injustiça com a má distribuição de renda e diferenças de classes.

Nesse caso, é preciso reconhecer que os movimentos emancipatórios que precederam o movimento feminista se determinaram a vencer o economicismo próprio das relações de trabalho e a exploração da mulher que impõem funções secundárias a estas na sociedade. A causa do movimento feminista é ampla, por que a luta por direitos igualitários independe do gênero, além de outros aspectos como, normas sociais são impostas há séculos e que são nocivas à sociedade.

Nesse aspecto, começamos por discutir o contexto do serviço social, as suas relações com o feminismo, bem como, o comportamento majoritário da sociedade com relação ao papel da mulher no contexto social e no campo do trabalho, os quais impõem a necessidade de se travar uma luta pela justiça social e pela igualdade de direitos e de oportunidades para as mulheres.

Tal contexto determina questionamentos a respeito da realidade. Assim, traz-se a lume a seguinte questão: Como o serviço social atua e contribui para a inclusão da mulher e qual a sua importância nas lutas feministas? Será esta a questão norteadora deste trabalho monográfico do curso de bacharelado em serviço social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEÃO).

Nesta se discute o tema na perspectiva da trajetória do serviço social e as suas ligações com o movimento feminista, o feminismo nos seus aspectos históricos e de lutas, com foco na autonomia financeira e independência da mulher, além das concepções de família e violência doméstica, fazendo discussões destes aspectos, ante os dados pesquisados junto a uma amostra de 40 (quarenta) mulheres de 05 cursos de graduação deste centro universitário, residentes na Região Metropolitana do Cariri (RMC), onde foram abordadas questões relacionadas aos aspectos pessoais das entrevistadas, sua visão e conhecimento sobre o feminismo e sobre o CRAS na perspectiva da relevância do serviço social nessa causa.

A pesquisa justifica-se no fato de envolver uma questão contemporânea, qual seja a realidade da mulher perante o mercado de trabalho e a sua participação na sociedade, sob diversos aspectos. Também reafirma a necessidade de mudança de paradigma no que concerne ao papel social da mulher e chama a atenção para o fato de que tanto a educação, quanto o serviço social são relevantes para realocar a mulher para um papel relevante nas decisões que envolvem a sociedade, bem como o seu ingresso no mercado de trabalho em funções de liderança. E isso inclui a luta constante pelos direitos das mulheres na qual o movimento feminista tem assumido posição relevante.

A pesquisa abordada é de caráter social, visto que exercer relação direta com o cotidiano dos indivíduos, além de tratar indiretamente de questões políticas e o seu objetivo geral é discutir as questões que envolvem as lutas pelos direitos da mulher e os progressos já alcançados e, como o serviço social e o feminismo contribuem esta luta e para as conquistas já alcançadas.

No entorno deste objetivo existem os objetivos específicos, mas, não menos importantes, quais sejam, discutir sobre as consequências nocivas que os comportamentos e atitudes machistas pode ocasionar na sociedade como um todo; reconhecer o encontro das lutas sociais feminista aliadas com a medidas adotadas no serviço social; pontuar avanços e mudanças provocadas na sociedade que contribuíram para direitos mais igualitários através do serviço social; e discorrer à luz dos dados pesquisados sobre a necessidade de engajamento da sociedade na luta feminista por meio da educação e do serviço social.

Desse modo, o trabalho se encontra dividido em três seções. No primeiro momento será entendida a materialização dos fatos sobre a trajetória do serviço social no Brasil, apontando a sua contextualização histórica e seus reflexos diante das relações do serviço social atrelado à igreja católica. Aponta um diálogo entre a Assistência Social e as políticas públicas para mulheres, incluindo o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Ainda neste capítulo, discute-se o encontro do feminismo e o serviço social nas lutas pelos direitos.

Na segunda seção, traz-se um arcabouço histórico e atual, bem como a trilha legislativa no que consiste o machismo e gênero, bem como discute-se a problemática da efetividade da construção das políticas públicas para as mulheres, na perspectiva da igualdade de direitos. Trata de algumas estatísticas relacionadas à mulher provedora, sobre concepções de família e o papel da mulher nos aspectos sociais e finaliza-se falando sobre a violência doméstica na perspectiva patriarcal e suas relações de poder.

No capítulo III faz-se uma análise do contexto da pesquisa, incluindo, os procedimentos metodológicos, na perspectiva da sua abordagem e tipo, os sujeitos e o universo pesquisados, bem como as técnicas de coleta de dados. Ainda se discute os dados da pesquisa compreendendo a construção de um perfil das mulheres pesquisadas e em seguida discutindo sobre a “experiência” de violência e o conhecimento sobre o “movimento feminista” e o CRAS.

As discussões se alinham ao fato de que as mulheres pesquisadas estão procurando se preparar para o mercado de trabalho e inclusive, um percentual considerável delas já está inserido neste mercado, contudo, a realidade de exploração e dominação aponta que percentual semelhante destas mulheres também já passou por um relacionamento abusivo e/ou já sofreram algum tipo de agressão e/ou violência, em geral praticado no seu lar e por pessoa da família ou parceiro.

A realidade aponta que houve avanços na conquista de direitos por parte das mulheres, contudo, ainda é necessário lutar pela reversão total do paradigma errôneo que ainda pensa a mulher como uma pessoa que deve se pautar pelo patriarcalismo e machismo que ainda impera na sociedade. Nesse sentido, os avanços na educação são relevantes, mas, é preciso tomar consciência da necessidade de participação nos movimentos feministas e ao ocuparem posições de liderança no mercado de trabalho e na sociedade, as mulheres devem estar dispostas a sempre “puxar mais uma” para o palco de liderança e de mudança da sociedade.

CAPÍTULO I: TRAJETÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL

Neste capítulo discute-se os primeiros passos do Serviço Social no Brasil, enfatizando os seus aspectos históricos e suas relações com a igreja católica o que definiu o seu papel assistencial, durante muito tempo. Destaca-se ainda, os aspectos e características das políticas de gênero no Brasil e destaca o encontro do feminismo, enquanto movimento de luta, com o Serviço Social, destacando o papel de cada um na luta pela efetivação dos direitos e como podem atuar de forma separada ou conjuntamente, na defesa dos direitos das mulheres, contribuindo, dessa forma, para a libertação da mulher do patriarcalismo e do machismo presente na sociedade.

1.1 SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL, SEUS PRIMEIROS PASSOS E A RELAÇÃO COM A IGREJA CATÓLICA

O processo de industrialização no Brasil foi tardio e ocorreu por volta dos anos 1930, ocorrendo o êxodo rural, no qual as pessoas saíam do campo para a cidade na esperança de uma vida com condições melhores. Isto refletiu no aumento exorbitante da população na cidade, que por sua vez, não tinha uma estrutura para comportar

esses novos habitantes que, não dispondo de recursos financeiros, se instalavam em favelas que, também não dispunham de estrutura sanitária básica.

Estes fatores alavancaram as desigualdades sociais, inconformados diante das precariedades que viviam, começaram as lutas sociais em busca de condições mais dignas no trabalho, além de salários mais justos. Sobre isso, Martins e Mazur (2009, p. 03) enfatiza: “o governo de Getúlio Vargas inicia com a organização do “direito social”, na medida em que a população urbana e trabalhadora começava a reivindicar ao Estado a satisfação mínima de suas necessidades”.

Durante muito tempo o serviço social foi área negligenciada, o assunto sobre dignidade humana era pouco pautado visto que pouco detinha de direitos humanos, logo se pode perceber a visão simplista que se tinha sobre “humanidade” afinal para obter tais direitos eram necessários atingir certos critérios, como cor, gênero, linhagem, somente há pouco tempo houve uma mudança em qual os direitos pertencem a todos não somente a grandes elites.

Sobre isso, Martins e Mazur (2009, p. 2) destacam que:

O serviço social história de colonização do território e constituição da sociedade brasileira trouxe em seu bojo aspectos bastante particulares. O fato de o Brasil ter sido construído pela aristocracia e não por seu povo, tornou-se condição histórica marcante, reproduzida por muito tempo. Não houve luta por melhores condições sociais ou mesmo pela liberdade do País, mas sim, negociações de interesses da classe dominante, pois para a mesma era interessante manter-se no poder (MAZUR, 2009. p.2).

O surgimento do serviço social no Brasil está fortemente ligado à igreja católica no qual era exercido principalmente por mulheres. Assim, de acordo com Poster (1979, p. 34), “sua prática é muito confundida como caridade”. Nessa perspectiva, embora tenha se desvinculado da igreja, ainda hoje, a maioria dos profissionais são mulheres, por que ainda há um estereótipo no qual a função de cuidar de outra vida é uma tarefa atribuída à mulher.

Saffioti (2015) questiona o poder que os homens exercem essa grande influência posta sobre a mulher dentro do âmbito familiar, onde são vistas como pessoas dominadas e exploradas, em um sistema patriarcal. Para a autora, existe uma naturalização das ações perpetuando a desigualdade entre homens e mulheres.

E com essa naturalização que se é exercido o poder a partir do domínio do homem nas relações econômicas principalmente no âmbito familiar, subentende-se a uma relação pela grande legitimação que o cônjuge tem sobre sua esposa. As

implicações que são infligidas a vida da mulher vinculada uma cultura onde sobrepõe o que deve ser considerado certo e errado para sua vivência em sociedade.

O processo de industrialização do Brasil, atrelado à necessidade de a igreja reafirmar-se na hierarquia, faz com que busque meio não somente de atrair mais adeptos, mas que estes adotem seus dogmas. Diversos eventos ocorreram durante este período, incluído a criação dos serviços sociais, por nascer nesse contexto, é comum que tenha por tanto tempo os conceitos da igreja nele enraizados e que mesmo após a desvinculação alguns preceitos continuam dessa mesma forma. Para Antônio (1993, p. 13), “os textos sobre a história do serviço social que analisam seu início são insuficientes para explicar a visão sociedade e do serviço social assumida pelos assistentes sociais ditos pioneiros”.

Para compreender o presente é necessário analisar o passado estudando que eventos provocaram mudança para chegar a atual necessário, dito isto compreender as bases de fundamento ao qual foi criado o serviço social, bem como ocorreu o rompimento deste com a igreja é essencial para que não ocorra uma estagnação do mesmo, sim um processo de aprimoramento contínuo.

De acordo com Antônio (1993, p. 12):

O serviço social, pela sua origem ligada ao movimento católico, teve como modelo de ensino e de ação profissional europeu, mais precisamente o franco-belga. A hegemonia deste modelo, na profissão, vai no seu início até aproximadamente 1947 quando os assistentes sociais passam a adotar de forma hegemônica o modelo norte americano. O primeiro período, de inspiração franco-belga é denominado doutrinário (ANTÔNIO, 1993. p. 12).

Assim, o curso de serviço social e suas competências são assegurados na Lei Nº 8662/1993, na Resolução CFESS 493/06 e nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social, elaboradas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). E tem como objetivo atender a necessidades sociais, no Brasil, como projetos e ações sistemáticas de pesquisa e de intervenção de conteúdos mais diversos, que vão além de medidas/ projetos de Assistência Social.

Embora ainda vemos o assistencialismo sendo confundido com o serviço social, isso com base em nossa luta, o primeiro, para o Conselho Federal do Serviço Social.

[...], não é e não deve ser confundido com Assistência Social, embora desde a origem da profissão, os/as assistentes sociais atuem no desenvolvimento de ações sócio assistenciais, assim como atuem nas políticas de saúde,

educação, habitação, trabalho, entre outras. A identidade da profissão não é estática e sua construção histórica envolve a resistência frente às contradições sociais que configuram uma situação de barbárie, decorrentes do atual estágio da sociabilidade do capital em sua fase de produção destrutiva, com graves consequências na força de trabalho (CFESS, 2007, p. 12).

E para melhor distinguir a assistência social (política pública) do serviço social (profissão), basta distinguir o seu espaço e demandas que cabem a seus respectivos; por exemplo, o serviço social está vinculado a projetos e ações sistemáticas de pesquisa e de intervenção de conteúdos mais diversos, que vão além de medidas ou projetos de Assistência Social. Os/as assistentes sociais, para o CFESS, (2007, p. 11), “possuem e desenvolvem atribuições localizadas no âmbito da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas, como também na assessoria a movimentos sociais e populares”.

1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO NO BRASIL

O Serviço social possui direitos e deveres de acordo com cada grupo, trata de uma questão sendo dividido em três grupos: proteção básica social, proteção social especial-média complexidade, proteção social especial-alta complexidade. Tais grupos dividem-se em subgrupos, com deveres diversificados e comuns.

Sobre a assistência social, Martins (2009, p. 02) relembra que,

A partir da Constituição Federal de 1988, a assistência social tem uma nova concepção, um novo enfoque, passando a ser tratada como política pública de direito. Com base nesta Constituição, em 1993 foi elaborada a LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social e, em 2004 foi instituída a elaboração do SUAS – Sistema Único de Assistência Social, com finalidade de regulamentar os serviços, benefícios, programas e projetos desenvolvidos no âmbito social (MARTINS, 2009.p. 02).

Nessa perspectiva, tendo sido aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), está definida a Assistência Social como uma política pública. E desta forma,

[...] podem ser definidas como sendo diretrizes e princípios norteadores de ação do poder público. Ao mesmo tempo, se transformam ou se organizam em regras, procedimentos e ações entre o poder público e a sociedade: em outras palavras, são relações/mediações entre atores da sociedade e os do Estado (BRASIL, 2012, p. 2).

Nessa política pública foi desenvolvido o Sistema Único de Assistência Social que organizou o CRAS. E o CRAS é uma repartição municipal e tem como objetivo, desenvolver ações de convivência com a família e com a comunidade, sendo instalado em locais onde há maior vulnerabilidade socioeconômica.

A sua instalação, dessa forma, é precedida de estudos sobre as situações de vulnerabilidade locais, o CRAS cria ações como: palestras, eventos e outras ações comunitárias com o intuito de apresentar as melhores soluções para os problemas enfrentados na comunidade em questão.

Os problemas mais comuns são a falta de acessibilidade devido a estruturas precárias, violência no bairro já que, em geral, são áreas periféricas, trabalho infantil, o que é bastante frequente nas famílias de baixa renda. O trabalho infantil ocorre com a justificativa de que a família precisa suprir as necessidades básicas de alimentação e, as crianças podem contribuir com o seu trabalho.

Assim, o CRAS precisa tentar reverter este quadro para que crianças tenham todos os seus direitos preservados. É nessa perspectiva que surgem as políticas de promoção da participação e do desenvolvimento, da criação de alternativas de geração de emprego e renda, de modo a compensar as situações determinadas por outras políticas, como por exemplo, na área econômica (BRASIL, 2012).

O público alvo do CRAS são crianças, idosos, pessoas com deficiência, indivíduos e pessoas em grave situação de desproteção, beneficiários do bolsa família, com ênfase em mulheres chefe de família, pessoas inseridas no cadastro único, entre outros. O CRAS faz parte do aparato estatal e, descentralizada da política de assistência social, tendo por missão e objetivo promover na atuação preventiva, disponibilizar serviços, próximo às residências das famílias que são atendidas, contribuir pela definição da prioridade de acesso aos serviços públicos pelas famílias, identificar as áreas de mais risco social e de vulnerabilidade.

O objetivo do CRAS é desenvolver ações, acompanhar as situações vivenciadas pelas famílias atendidas pelos programas e que se encontram em vulnerabilidade social, promover ações comunitárias que auxilie na reversão desse quadro, promovendo uma melhor qualidade de convívio familiar e comunitário.

Dentro das atribuições do serviço no CRAS, estão o fazer acompanhamento familiar, realizar o cadastramento socioeconômico das famílias da área, promover ações comunitárias com fins diversificados, inclusive para gerar conhecimento sobre os direitos das famílias, conhecimento sobre cidadania, elaboração de relatórios e

prontuários. É o assistente social que identifica famílias de vulnerabilidade social e assim trabalhar da melhor maneira possível para reverter esta situação.

Esse serviço proporciona várias atividades para mulheres atendidas pelo CRAS, como os entretenimentos, oficinas emancipatórias, capacitação, acolhimento, palestras formadoras, dentre outras atividades desenvolvidas de acordo com as demandas das mulheres do bairro onde está localizado.

No entanto, são oferecidos trabalhos específicos para mulheres no Centro de Referência da Mulher – CRM disponibiliza de objetivos como: Atendimento multidisciplinar ou individual, como também a Delegacia de Defesa da Mulher, em que recebe as mulheres que são violentadas. A inovação na rede de medidas protetivas para as mulheres vítimas de violência, como as Delegacias de Atendimento à Mulher, visa um atendimento mais qualificado para as mulheres vítimas de violência.

Assim como a constante capacitação dos profissionais que atuam com esse público alvo Dentre os serviços que são oferecidos pelo equipamento através do Centro de Referência da Mulher é destacado a realização de encaminhamentos dos usuários às políticas setoriais, como: CRAS, CREAS, NASF, NPJ, dentre outros; orientação sobre benefícios sociais; fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, além de Conhecer as formas de mobilizar a redes de serviços para viabilizar os direitos sociais; Realização de atendimentos por meio de entrevista social; elaboração e problematização dos relatórios sociais; orientação e encaminhamento dos usuários para a rede socioassistencial do município.

Diante disto o profissional orienta, discute estratégias e encaminha as mulheres para onde possam receber atendimento e ter os seus direitos garantidos. O assistente social utiliza alguns instrumentos técnicos para uma melhor avaliação dos casos de violência contra a mulher. Pode-se citar a entrevista, que é feita com a mulher vítima da violência onde se desenvolve através do processo de escuta e observação, sempre priorizando a atenção aos sentimentos expressos pela mulher.

Sobre a ótica do SEBRAE (2008, p. 06), “as Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público” E antes de propor políticas públicas de gênero é preciso perceber, compreender e selecionar as diversas demandas que circunda o tema gênero naquela comunidade. Depois de compreendidas as demandas e expectativas da sociedade, o formulador da política pública fará a seleção de prioridades para, em seguida, oferecer as respostas.

Nesse sentido,

Ao propor políticas públicas “de gênero” é necessário que se estabeleça o sentido das mudanças que se pretende, sobretudo, com vistas a contemplar a condição emancipatória e a dimensão de autonomia das mulheres. Para que as desigualdades de gênero sejam combatidas no contexto do conjunto das desigualdades sócio históricas e culturais herdadas, pressupõe-se que o Estado evidencie a disposição e a capacidade para redistribuir riqueza, assim como poder entre mulheres e homens, entre as regiões, classes, raças, etnias e gerações (BRASIL, 2012, p. 3-4).

Percebe-se que, diante da desigualdade de gênero como, mulheres que recebem menos e estão em menor número em posições de chefia ou em cargos eletivos, diferença de papéis entre homens e mulheres, o homem determinando o espaço que a mulher deve ocupar, objetificação da mulher induzindo o assédio moral, físico causando, inclusive, feminicídio dentre outros fatores de desigualdade.

Assim, ante os problemas, é dever do Estado promover as mudanças por meio de políticas públicas, tanto no aspecto prático, quanto da conscientização dessas mulheres para a sua emancipação. As principais políticas públicas e programas do Brasil relacionados ao gênero dizem respeito à geração de emprego e renda, combate à pobreza e à violência contra a mulher e Programas de saúde.

Dessa forma, Farah (2004, p. 58) destaca que,

Foram considerados pela pesquisa programas governamentais dirigidos à mulher (25) e programas que incorporam gênero, sem ter como foco a mulher (57). Foram identificados 18 programas com foco em mulheres entre os 629 inscritos no Gestão Pública e Cidadania em 1996, representando 2,9% das iniciativas, e sete programas com essas características entre os inscritos em 1997, de um total de 297, representando 2,3% das iniciativas governamentais (FARAH, 2004.p. 58).

Sobre a agregação do gênero por programas, estes números mostram que não colocam a mulher como foco principal, ou seja, 57 programas de gêneros relacionados a não mulheres enquanto apenas 25 são destinados às mulheres “baseou-se em um conjunto menor de programas – os selecionados a cada ano como semifinalistas pelo programa de premiação (100 em 1996 e 100 em 1997), uma vez que sobre esses programas havia informações mais detalhadas”.

Os dados da pesquisa de Farah (2004) podem ser observados mais claramente na tabela abaixo que mostra as categorias mais pertinentes de programas e políticas públicas que tratam da questão de gênero e os grupos de mulheres em foco, os

objetivos dos programas e nomes de programas conhecidos em alguns estados brasileiros.

Tabela 1 – Os programas de atendimento, objetivos e mulheres em foco.

Categorias de programas e políticas públicas	Quais mulheres em foco: seu objetivo	Exemplos de programas:
Programas de saúde	Destaca-se o das mulheres gestantes e crianças em seus primeiros anos de vida: Saúde da mulher	Programas de saúde materno-infantil – (o Projeto Casulo, de São José de Campos (São Paulo), e o Mãe Canguru, de Pernambuco); Programas de Saúde da Família, de Campina Grande - PB e de Joinville - SC; Alcantil – PB; Programa de Atenção à Mulher na Terceira Idade, de Londrina – PR.
Combate à violência contra a mulher	A mulheres vítimas de violência doméstica e sexual: atenção integral compreendendo assistência jurídica, social e psicológica.	Casa Rosa Mulher, de Rio Branco – AC; Casa Eliane de Grammont, de São Paulo-SP; Casa Bertha Lutz, de Volta Redonda - RJ; O CIAM – Centro Integrado de Atendimento à Mulher, de Bauru - SP.
Programas de geração de emprego e renda e combate à pobreza;	Emergencial que envolve desempregados em atividades de limpeza urbana, em troca de uma cesta básica. Esse programa, por seu caráter meramente assistencialista.	O Fonger – Fundo de Geração de Emprego e Renda, de Teresina (Piauí); Proger – Programa de Geração de Emprego e Renda; Pró-Ave Caipira, do Rio Grande do Norte; O Programa de Verticalização da Pequena Produção Rural (PROVE), do Distrito Federal

Fonte: Primária, 2021.

O referente exposto na tabela, percebe-se que, embora o foco e os objetivos das categorias de programas tenham sido separados, não significa que elas são isoladas, pelo contrário, elas estão totalmente atreladas. Ou seja, os programas de saúde abarcam uma dinâmica muito ampla de questões de saúde física e psicológica que envolvem a categoria do combate a violência contra a mulher mostrado na tabela. Assim como a categoria de emprego e renda está relacionado com violência contra a mulher. Isso acontece porque a questão de gênero é muito ampla e ambos os espaços e questões sociais estão atrelados.

Trazer as categorias separadas foi uma estratégia metodológica do trabalho para enfatizar separadamente os diversos problemas sociais que remetem ao único gênero em foco e os respectivos objetivos dos programas. Nos programas de saúde, foca-se um grupo específico que é a saúde das mulheres gestantes.

Nesse aspecto, o próprio Farah (2004, p. 59) destaca: “No desenvolvimento da política de saúde, por sua vez, entre os grupos de risco focalizados, destaca-se o das mulheres gestantes e crianças em seus primeiros anos de vida” Esses programas

prezam pela saúde da mulher em todas as etapas da sua vida, mas, sobretudo, nas fases em que há um grande número de mortalidade materna no Brasil, trazendo outros pontos como a prevenção do câncer e orientações sobre doenças sexualmente transmissíveis.

Os programas de combate à violência contra a mulher têm uma assistência integral e, isso envolve, segundo (Farah, 2004, p. 61), “compreendendo assistência jurídica, social e psicológica”. A maior parte inclui atendimento na área de saúde e na área de educação, com ênfase na capacitação das mulheres atendidas, visando à sua reinserção social”. E em geral, institucionalizam um local para acolhê-la, com o objetivo de recuperação da autoestima para assim superarem a barreira de inserção social deixando a situação de vítima e extinguindo qualquer trauma deixado.

Os Programas de geração de emprego e renda e combate à pobreza tem um propósito assistencialista e de capacitação; em outras palavras, esses programas ajudam na autonomia desse gênero a capacitação profissional para sua emancipação. E muitas das capacitações são voltadas para trabalhos autônomos, ou seja, as mulheres criarem seu próprio negócio.

Sobre estes programas, Farah (2004, p. 64) diz o seguinte:

Tais programas, ao estimularem a criação de oportunidades de emprego e renda para mulheres, refletem a agenda de gênero. A capacitação e o acesso ao crédito são condições básicas de uma inserção autônoma no mercado de trabalho, aspecto priorizado por essa agenda, seja na vertente que privilegia a mulher como agente multiplicador, por seu papel na família, seja na vertente que enfatiza a perspectiva de direitos. Ao se mostrarem sensíveis à demanda de mulheres, redefinindo seu desenho original, esses programas mostram reconhecerem a diversidade da clientela a que se destinam, rompendo com o padrão de políticas públicas dirigidas a um cidadão abstrato e genérico (masculino). Reconhecem, assim – ainda que tal reconhecimento não seja explícito –, a existência de diferenças de gênero (FARAH, 2004. p. 64).

Ao analisarmos algumas dessas categorias de programas de políticas públicas voltadas para o gênero, percebemos o impacto que elas têm para a vida integral de muitas mulheres. Eles capacitam, acolhem, habilitam, e salvam muito dessas mulheres que já desacreditam da vida pelo impacto da desigualdade expostas a elas. Logo diante das medidas do estado com esses programas e políticas públicas vem favorecendo para mudar esse padrão enraizado na nossa cultura de subordinação e de dominação das mulheres.

1.3 ENCONTRO DO FEMINISMO E SERVIÇO SOCIAL NAS LUTAS PELOS DIREITOS

Na perspectiva do surgimento do serviço social, suas lutas diante das desigualdades sociais, tendo como forte aliado o movimento feminista no Brasil, pode-se perceber que é mais que comum os diversos encontros do assistente social e o movimento feminista nas lutas sociais e, muitas vezes têm objetivos em comum.

O feminismo vem traçar uma fuga das ideologias impostas à sociedade patriarcal, que prevê a igualdade política entre mulheres, esse movimento impulsionou a posicionamentos das mulheres dentro das mudanças políticas e sociais. Esse contexto busca desenvolver um tipo de superioridade feminina e a tentativa de reivindicações de direitos e igualdade entre os gêneros.

Por conseguinte, as mulheres são a categoria que as expressa de modo particular todas e cada uma, seu conteúdo é a existência social das mulheres. Para que, finalmente, cada mulher (cada sujeito) seja definida pela síntese da sua condição e de sua situação específica (LAGARDE. p. 81).

Segundo Gurgel (2010, p. 05),

O fato do movimento feminista dar visibilidade a temas como o questionamento da sexualidade heteronormativa, a reivindicação do direito ao aborto, a defesa da maternidade como opção, a denúncia da jornada intensiva de trabalho das mulheres e da educação sexista como um dos estruturantes da violência contra a mulher, enfim, temas que publicizam as relações do mundo doméstico (GURGEL, 2010.p.05).

No mesmo sentido, sabe-se que, a contribuição do serviço social para o feminismo no Brasil ocorreu em grande medida, a partir de 1990. É quando, segundo Lisboa (2010, p. 71), “o Serviço Social passa a aderir às lutas das chamadas minorias, inserindo-se nas questões relacionadas à violência contra mulheres, discriminação étnica, racial e cultural, homofobia e outras”. Enfatiza-se que, na mesma década os estudos e pesquisas voltados acerca da temática de gênero e violência em todo o Brasil avançaram, refletindo nos anos 2000 com eixos específicos que contemplam a temática de gênero articulada ao Serviço Social em encontros da categoria, como o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e Encontro Nacional de Assistentes Sociais.

Outras conquistas pelos direitos do feminismo juntamente com o serviço social no Brasil foram se estabelecendo e, em 2003, é criada a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, a promulgação da Lei n. 11.340 – Lei Maria da Penha, que dispõe sobre o enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, dentre outras conquistas.

Porém, ainda existem várias questões socioculturais enraizadas no inconsciente da sociedade, e esses “costumes” advieram de anos do reforçamento de um pensamento predominante onde as mulheres são postas como inferiores ou incapazes colocadas em comparação ao homem.

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que se qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro” (BEAUVOIR, 1967. p. 9).

Na fala de Simone de Beauvoir (2006. p.11) “ninguém nasce mulher” intensifica um ponto que leva a pensar as relações que impõe cada vez mais cedo o modo e as atitudes que as mulheres devem ter. Ser mulher para a autora não é uma questão biológica, mas todo um envolvimento de uma cultura onde impõem comportamentos e normas. Mas vale ressaltar que a sociedade contemporânea ainda reverbera traços patriarcais.

Encontrar uma explicação desta subjugação, qual o seu “pontapé”, é um caso já amplamente abordado, mas não tão bem resolvido pela literatura vigente, pois requer uma análise de culturas, organização social visto que em diferentes épocas de variadas culturas as mulheres chegaram ao cargo de liderança, mesmo em sociedades machistas, então embora a designação da nomenclatura “movimento feminista” tenha sido na França, pode ser que a luta das mulheres por sua liberdade tenha ocorrido, mesmo que de maneira discreta, bem antes da revolução francesa.

Assim, a percepção dos integrantes familiares, assim como grande parcela da sociedade, se molda não apenas pela realidade lógica ou intuitiva, mas também dos estereótipos reforçados com o tempo juntamente como uma cultura de caráter patriarcal afirmada e repassada pelas gerações, como poderá ser evidenciado no próximo capítulo apresentando-se estatísticas da distribuição familiar, separadas por gêneros com base nas respostas dos diferentes grupos.

Segundo Fleck e Wagner, (2013 p. 37),

Não obstante, a relação da família com o dinheiro, independentemente de quem seja a pessoa responsável por garanti-lo, é um fator que pode interferir, mais ou menos intensamente, nas relações e na dinâmica familiar. Nas famílias estudadas, observamos a existência de uma relação entre ajustamento familiar e condição econômica. A análise dos casos destaca a relevância de avaliarmos o contexto econômico no qual a família está inserida para compreendermos as idiosincrasias que caracterizam a dinâmica e o funcionamento familiar. As famílias estudadas mostraram-se mais preocupadas com a subsistência e satisfação de suas necessidades básicas, com a garantia da renda fixa ao final do mês, do que com a determinação de quem fosse responsável pelo sustento, se a mulher ou se o homem (FLECK & WAGNER, 2013.p.37).

O direito de trabalhar e assim conseguir uma liberdade financeira é fundamental para independência da mulher, visto que ao longo da história a mulher foi tratada como mercadoria, a qual quem pagasse mais a levava. Quando isto mudou o pai da noiva costumava dar uma quantia ao noivo, conhecida como dote.

Esta cultura ainda enraizada em nossa sociedade de modo mais sutil, não é uma obrigatoriedade, mas uma tradição do pai da noiva pagar pelo casamento. Embora mais sutis que no passado, vemos que a mulher ainda é tratada como uma mercadoria, que pertence aos pais e quando casa passa a pertencer ao marido. A possibilidade de uma independência financeira contribui para o rompimento deste ciclo vicioso.

O assistente social passa a intervir de diversas formas numa sociedade, seja com redes de apoio como CRAS, que permite a criação de projetos que permitam a evolução ou retrocesso em direitos mais igualitários. Estas ações comumente entram como princípios do movimento feminista.

Sobre essa realidade, Lisboa (2010, 68) reafirma que,

O Serviço Social, uma vez que surgem para questionar todas as formas de dominação, expor novas áreas de conflitos sociais (extrapolando os conflitos de classe), que requerem formas próprias de análises das relações, da construção social da diferença sexual, da sexualidade, da reprodução, da discriminação no trabalho e, sobretudo da cultura [...] (LISBOA, 2010. p.68).

Assim, é inquestionável a correlação do serviço social para as lutas por direitos do feminismo ao longo da história da profissão. A partir de estratégias e objetivos, juntos buscam melhorias que efetivem a causa. Percebe-se que essa relação não foi construída hoje, o fato de que a maioria dos estudantes do curso de serviço social nas

universidades ser composto, na maioria, por mulheres, não é coincidência, tem correlação com necessidade de transpor essa história de dominação por meio das lutas sociais e ocupação de cargos que viabilizem o seu protagonismo.

CAPÍTULO II: FEMINISMO

Neste capítulo se discute o feminismo, destacando os primeiros passos desse movimento, incluindo ainda aspectos conceituais sobre o tema e as mudanças na sociedade a partir deste movimento e a sua inserção na sociedade, na busca pelo direito à igualdade da mulher. Destaca ainda, a independência financeira como um dos elementos essenciais à consecução da autonomia feminina, mas, sobretudo destaca a necessidade da mulher se engajar no movimento feminista.

Destaca-se algumas estatísticas sobre a mulher, suas responsabilidades e relações na família. Trata ainda da concepção de família e o papel da mulher nos aspectos sociais que se expandem para além da matriz familiar e discute a violência doméstica com o seu significado vinculado à violência patriarcal.

2.1 PRIMEIROS PASSOS DO MOVIMENTO

É possível observar ao longo dos anos, as mudanças sobre quem detém os “direitos humanos”. Etnia, nível social e gênero são algumas das características utilizadas para designar quem pode usufruir de tais direitos. No século VI a.C quando cidades revolucionárias consideradas como democratas, ao qual todo cidadão teria direito a voz, era imposta uma lista com as características que este deveria possuir para ser considerado cidadão. Um exemplo disso é Atenas, cidade considerada o berço da civilização.

Sobre isso, Baptista (2016, p. 08) destaca que,

Clístenes, reconheceu que homens livres nascidos em Atenas, com idade superior a 18 (dezoito) anos, eram “cidadãos” (eupátridas³), ou seja, aquelas pessoas que poderiam participar do poder e das decisões públicas – excluindo os estrangeiros residentes em Atenas (metecos), estrangeiros não residentes (xenos), escravos, mulheres, crianças e outros (85% a 90% da população) (BAPTISTA, 2016.p.08).

Quando uma pessoa domina a outra é mais fácil não enxergar seus submissos como humanos, mas como objetos inseridos em suas realidades com o dever de realizar tarefas indesejadas, pois assim justifica-se os maus tratos. Sobre essa realidade, Moreira (2016, p. 25) relembra que, “esse movimento objetificador do corpo negro escravizado no século XVI, tido como objeto permutável por caixas de açúcar, era institucionalizado e legalizado”.

Embora a palavra “escravidão” ainda seja remetida como algo relacionado apenas ao povo negro, visto que remete a um passado recente de nossa realidade, e que ainda hoje se vive os impactos da sociedade escravocrata, não só este povo teve seus direitos roubados, pois, apesar de algumas mulheres desfrutarem do luxo da sociedade e não fossem forçadas a trabalhos que exigissem esforço físico demasiado, muitas delas, independentemente da etnia, não tinham liberdade, pois não eram donas de seus corpos.

As lutas são diferentes e os privilégios são outros, o almejo pelo o fim da objetificação são iguais. Nesse sentido, há que se destacar o que diz Gurgel (2010, p. 05), “o movimento com a forte influência do Segundo Sexo, de Simone Beauvoir, e sua famosa tese de não se nasce mulher, torna-se mulher, também recolocou em cena a desnaturalização do papel social da mulher”.

Mesmo com o cenário atual mudado é possível ver nuances que remetem a um passado de privações. Por exemplo, as desigualdades de gênero que a mulher do século XXI ainda enfrenta, como salários menores mesmo ocupando os mesmos cargos que os homens, a tripla jornada enfrentada, por ter de trabalhar, ser mãe e ser dona de casa.

Assim, lembra-se que na década de 70 quando o termo gênero utilizado inicialmente pelas feministas norte americanas, foi utilizado erroneamente como se fosse a diferença sexual biológica, justificando e determinando as diferenças de direitos por meio dos corpos (ARAÚJO E ESMERALDO, 2014). Ou seja, o sexo (masculino e feminino) ainda é muito confundido com o termo gênero, então é importante enfatizar o real significado do termo e suas dimensões.

Para tanto, Araújo e Esmeraldo (2014, p. 03) esclarecem que,

A noção de gênero remete para a dimensão das relações sociais do feminino e do masculino. O uso desse conceito permite abandonar a explicação da natureza como responsável pela grande diferença existente entre os comportamentos e lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade (ARAÚJO & ESMERALDO, 2014.p.03).

Portanto, o gênero é uma construção que impõe determinados comportamentos, lugares, falas, imposições, etc., oprimindo aqueles que não seguem o padrão de corpo determinado pelo gênero, além de produzir um pensamento de dominação em relação a quem não se orienta por esse padrão.

Ainda sobre gênero, Almeida (2011, p. 169) explicita:

Desse modo, gênero não significa o mesmo que sexo, isto é, o sexo refere-se à identidade biológica de uma pessoa e o gênero diz respeito à sua construção como sujeito masculino ou feminino. Enquanto as diferenças sexuais biológicas são naturais e imutáveis, o gênero é estabelecido por ajustes sociais, variando segundo as épocas e os seus padrões culturais e pode ser modificado (ALMEIDA, 2011.p.169).

Nesse aspecto, a desconstrução do gênero é uma das lutas feministas e isso significa a superação dos padrões impostos pelo pensamento social com relação aos comportamentos, lugares e falas.

E sobre as proposições de luta do feminismo, Hooks (2018, p. 20) enfatiza:

O feminismo é uma luta que pretende acabar com a opressão sexista. É, portanto, uma luta que visa erradicar a ideologia de domínio que se difunde na cultura ocidental a vários níveis, bem como um compromisso de reorganização da sociedade para que o desenvolvimento individual de cada pessoa prevaleça sobre o imperialismo, a expansão econômica e os desejos materialistas (HOOKS, 2018.p.20).

Embora seja um tanto recente a designação “movimento feminista” o qual representa a luta das mulheres por direitos iguais, independente do gênero, estas lutas não são recentes e remetem a um passado muito distante que constituíram as bases para a sua formatação para a maneira que se conhece.

Com relação a estes aspectos históricos, Almeida (2011, p. 167) relembra:

Em termos históricos, o feminismo é um fenômeno recente e não influenciou indistintamente as diversas raças, culturas, religiões e classes sociais, podendo ser estudado como um movimento sócio-político que teve repercussões nos diversos campos epistemológicos, com influência na esfera pública e privada, alterando representações e simbologias nos papéis sociais diferenciados reservados a homens e mulheres (ALMEIDA, 2011.p.167).

Dessa forma, reconhece-se que, a primeira vez que as mulheres se apresentaram na história como sujeito político, foi na Revolução Francesa. E para Gurgel (2010, p. 01), “além da reivindicação pelos direitos políticos, existe registro da

luta das mulheres pelo direito ao alistamento na carreira militar e ter acesso às armas, na defesa da revolução”.

Apesar de hoje, tais conquistas sejam vistas como direitos básicos e por isso, tantas vezes passam despercebidas as formas como foram alcançadas. Todas as conquistas se deram por um processo que exigiu em diversos momentos a rebelião, protesto nas ruas, etc., o acesso a uma educação, liberdade para escolher o companheiro, poder exercer uma profissão, todos estes direitos foram adquiridos com um esforço demasiado.

Nesse sentido, segundo Kleba (2010, p. 69),

O pensamento feminista, portanto, tende a ser um conjunto de diferentes correntes teóricas, com múltiplas concepções e pontos de vista; caracteriza-se por ser uma prática política e cultural que busca mudar as estruturas desiguais de poder na sociedade, que luta contra inimigos comuns, como o patriarcado, o sexismo, a exploração, a discriminação, homofobia e outros. Trata-se do esforço de uma comunidade interdisciplinar, que inclui estudiosos de várias áreas como sociologia, antropologia, educação, serviço social, saúde, direito, filosofia, história, psicologia e outras (KLEBA, 2010.p.69).

Assim, parece factível que o movimento feminista, pelas suas características, é útil tanto às conquistas das mulheres, quanto para a própria sociedade, pois, a partir das conquistas das mulheres e a sua ascensão aos cargos e funções de liderança no mercado de trabalho e na sociedade, esta última também evolui.

Nesse sentido, o feminismo ganha força na medida em que ganha solidez como estrutura cultural da sociedade. E sobre isso, Henn (2008, p. 118) reafirma que, “o feminismo vem ganhando força por diversos fatores entre eles está a facilidade com a qual se consegue ter acesso à informação, além que a mídia vem abordando este assunto com uma maior frequência em séries, filmes, [...]”.

Entretanto, estes meios de comunicação não permitem que se tenha profundidade no assunto, logo é preciso despertar a curiosidade para que se busque outras fontes para aprimorar o conhecimento sobre o assunto. E fazer o telespectador questionar a realidade e buscar outras fontes para o aprimoramento do seu conhecimento. Infelizmente há mulheres que rejeitam o termo feminista, por não saber o verdadeiro significado do termo e associar a algo negativo.

Com relação a isso, Araújo e Esmeraldo (2014, p. 19) enfatizam:

Uma grande percentagem de mulheres vê o feminismo como sinónimo de lesbianismo; a sua homofobia leva-as a rejeitar a associação a qualquer grupo identificado como sendo a favor das lésbicas. Algumas mulheres têm

medo da palavra "feminismo", pois evitam a identificação com qualquer movimento político, sobretudo um movimento visto como radical (ARAÚJO & ESMERALDO, 2014.p.19).

A cultura machista está tão enraizada que, em diversos momentos nos quais a mulher tem seus direitos negados é considerado normal e, todas as situações de negação de direitos são atos abomináveis, mas, assim como no período escravocrata as pessoas se habituaram a ver os escravos como não humanos, mas, como objetos para realização dos seus serviços, tornou-se habitual o machismo.

Com relação ao machismo, para Lima (2011, p. 05) conceitua:

Machismo seria qualificado como qualidade, ação ou modos de macho e, no seu uso informal, representaria exagerado senso de orgulho masculino, virilidade agressiva. Em última análise, seria um comportamento que tende a negar à mulher a extensão de prerrogativas ou direitos do homem. [...] Conceitualmente, portanto, o machismo é apontado como louvação do que é considerado essencialmente masculino, com a consequente desvalorização do que é considerado feminino (LIMA, 2011. p.05).

O filme “Não sou um homem fácil” traz essa perspectiva e nele há uma inversão completa de papéis, e assim quando se vê mulheres praticando as mesmas atitudes dos homens há uma aterrorização. Pois a construção social é incorporada como algo natural. O caminho é desconstruir o patriarcalismo e o machismo por meio da inserção da mulher no mercado de trabalho, principalmente nas funções de liderança, mas, também fazendo com que ela possa participar dos processos decisórios na sociedade.

2.2 INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA E AUTONOMIA FEMININA

Nos últimos anos as mulheres vêm alcançando cada vez mais espaço em meio ao mercado de trabalho, além de se evidenciar um crescente nos seus níveis de remuneração, embora seja fato que ainda existam desigualdades salariais entre gêneros, vendo-se um favorecimento masculino. Contudo o que se pode perceber estatisticamente, é que a cada ano destaca-se um aumento na proporção de mulheres que ocupam a posição de provedoras totais da renda familiar.

Marri e Wajman (200, p. 207) apontam que:

A literatura existente sobre o tema indica que o padrão “tradicional” dos casais, segundo o qual os homens têm a função de principal provedor da renda familiar, tem dado espaço a um novo padrão em que as mulheres não

só contribuem com parte significativa do orçamento familiar, como também, em muitos casos, são seus principais provedores (MARRI; WAJNMAN, 2007, p. 20).

Assim, o fato da existência de mulheres à frente da renda da casa, implicaria em uma figura de responsabilidade e postura de chefia familiar arrogada a ela, porém o que se apresenta é que, pela percepção dos próprios integrantes da família o homem é o 'chefe', sendo essa uma definição do próprio julgamento perceptivo dos mesmos, não se trata de nenhum termo específico definido por algum critério.

Dessa forma, Deutsch, Roksa e Meeske (2003 *apud* MARRI; WAJNMAN, 2007) colocam que:

[...] a questão do gênero nas relações entre os cônjuges é produzida e reproduzida dentro das famílias, à medida que os papéis e normas tradicionalmente definidos são reforçados pelos cônjuges. Os homens tendem a aceitar a participação de suas esposas no mercado de trabalho, mas preferem ganhar mais do que elas, ou, pelo menos, não depender de suas rendas (DEUTSCH; ROKSA & MEESKE, 2003 *apud* MARRI; WAJNMAN, 2007).

Embora a mulher em determinada família receba mais que o homem, isso não fez com que suas horas de trabalho doméstico se reduzissem, na grande maioria as esposas que ainda dedicam uma maior quantidade de tempo em relação aos seus maridos para com as tarefas. Isso pode ser melhor exemplificado na tabela 02.

Ainda existem várias questões socioculturais enraizadas no inconsciente da sociedade, esses "costumes" advieram de anos do reforçamento de um pensamento predominante onde as mulheres eram postas como inferiores, ou incapazes, achar uma explicação para a pré-histórica subjugação do gênero masculino sobre o feminino ou qual o seu "pontapé", é um caso já amplamente abordado, mas não tão bem resolvido pela literatura vigente.

De acordo com Fleck e Wagner (2003, p. 37) reafirmam que,

Apesar de as mulheres saírem do âmbito do lar para trabalhar, mesmo antes do casamento, dedicando-se a sua carreira e contribuindo com a maior parte da renda, os homens não assumiam a responsabilidade pela esfera doméstica da mesma forma que as mulheres passaram a assumir a condição de principal provedora do sustento. Os esposos, nesses casos, auxiliavam nas tarefas relacionadas ao lar, mas não com a mesma responsabilidade feminina. A mulher ainda se sentia responsável por esses cuidados, necessitando conciliar, constantemente, as demandas das esferas pública e privada. Ao passo que o homem permitia-se buscar um espaço individual, não abdicando de seus momentos de lazer, a mulher sentia culpa e não se

permitia abandonar, mesmo que temporariamente, seu papel predominantemente materno (FLECK & WAGNER, 2003. p. 37).

Logo a percepção dos integrantes familiares, assim como grande parcela da sociedade, se molda não apenas pela realidade lógica ou intuitiva, mas também dos estereótipos reforçados com o tempo juntamente como uma cultura de caráter patriarcal afirmada e repassada pelas gerações, como poderá ser evidenciado na próxima seção apresentando-se estatísticas da distribuição familiar, separadas por gêneros com base nas respostas dos diferentes grupos.

Fleck e Wagner (2003, p. 37) ainda ponderam que,

Não obstante, a relação da família com o dinheiro, independentemente de quem seja a pessoa responsável por garanti-lo, é um fator que pode interferir, mais ou menos intensamente, nas relações e na dinâmica familiar. Nas famílias estudadas, observamos a existência de uma relação entre ajustamento familiar e condição econômica. A análise dos casos destaca a relevância de avaliarmos o contexto econômico no qual a família está inserida para compreendermos as idiosincrasias que caracterizam a dinâmica e o funcionamento familiar. As famílias estudadas mostraram-se mais preocupadas com a subsistência e satisfação de suas necessidades básicas, com a garantia da renda fixa ao final do mês, do que com a determinação de quem fosse responsável pelo sustento, se a mulher ou se o homem) (FLECK & WAGNER, 2003.p.37).

Tabela 02 - Dedicção ao trabalho doméstico e horas despendidas nessa atividade, por sexo do provedor principal do casal.

Dedicção ao trabalho doméstico e horas despendidas	Casais com esposas provedoras	Casais com maridos provedores	Total das famílias
% dos que se dedicavam			
Esposas	95,0	97,0	96,0
Maridos	64,0	52,0	55,0
Horas dedicadas			
Esposa	20,98	25,01	25,01
Maridos	11,40	9,59	9,59

Fonte: Secundária. IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (2004)

Diante do contexto pandêmico que o mundo vivencia, a relação de independência financeira e autonomia feminina tende a se revelar os desafios encontrados. A pandemia apenas escancara os desafios impostos às muitas mulheres mães que trabalham em duplas ou triplas jornadas. E quando se trata de mulheres que são responsáveis por prover o lar financeiramente, a divisão sexual do trabalho, torna-se ainda mais desigual nesse contexto.

Sobre o contexto de pandemia, Loureiro (2020, p. 157) reafirma:

Sabe-se que nesse contexto de pandemia, os ataques aos direitos de pessoas precarizadas em suas relações de trabalho atingem diretamente as mulheres. 39% dos empregadores de diaristas renunciaram ao serviço destas profissionais, sem, entretanto, manter o pagamento das diárias e isso é extremamente violento para as trabalhadoras domésticas, que no Brasil são cerca de 6,5 milhões, trabalhando para 11% das famílias brasileiras, que contam com o serviço de ao menos uma trabalhadora doméstica (LOUREIRO, 2020.p.157).

2.2.1 Estatísticas

Conforme o Censo Demográfico de 2010 (IBGE), cerca de 37,3 % das famílias únicas e conviventes principais têm a mulher como responsável pela renda. Na tabela 03 é possível observar melhor uma distribuição demográfica e suas relações entre totais e tipos de famílias, é uma relação levantada em 2004 pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Tabela 03 – distribuição das famílias segundo composição do núcleo

Composição do núcleo	Nº de famílias	% em relação ao total de famílias	% em relação às famílias com duplo rendimento do trabalho
Total de famílias	46.731.207	100,0	(2)
Famílias só com chefes	17.011.555	36,4	(2)
Chefes homens	3.985.940	23,0	(2)
Chefes mulheres	13.025.615	77,0	(2)
Famílias com chefe e conjuge (casais)	29.719.652	63,6	(2)
Chefes homens	27.859.318	94,0	(2)
Chefes mulheres	1.860.334	6,0	(2)
Casais com duplo rendimento do trabalho	12.843.968	27,5	100,0
Chefes homens	11.932.046	93,0	93,0
Chefes mulheres	911.922	7,0	7,0
Casais cujas esposas são as principais provedoras	2.189.457	4,7	17,0
Chefes homens	1.911.752	87,0	15,0
Chefes mulheres	277.705	13,0	2,0

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – (PNAD, 2004)

Como observado por Marri e Wajnman (2007), é interessante perceber na tabela que das 2.189.457 famílias onde as esposas são as principais provedoras, quando também perguntados, apenas 13% enxergam a provedora como igualmente chefe da família, enquanto 87% definem o homem como chefe.

Para Marri e Wajnman (2007, p. 24),

De acordo com os dados analisados, as esposas provedoras eram, em média, dois anos mais velhas (possuíam 39 anos de idade) do que as co-provedoras,⁴ 56% declararam-se como da cor branca⁵ e tinham,

aproximadamente, 9,5 anos de estudo. A maior parte das co-provedoras também se declarou como branca (60%) e com uma média de 8,2 anos de estudo. Os maridos, por sua vez, para ambos os grupos, possuíam entre 7 e 8 anos de estudos, ou seja, mesmo os maridos provedores principais da renda dos casais tinham menor escolaridade do que as mulheres provedoras. Esta informação será especialmente importante para analisar os diferenciais de rendimento entre esposa e marido provedores. Quando questionadas se despendiam algum tempo nos afazeres domésticos, 95% das esposas provedoras responderam gastar, em média, 21 horas semanais nas tarefas da casa, enquanto 97% das co-provedoras o faziam, em média, por 25 horas semanais (Tabela 2). Entre os maridos das primeiras, 64% declararam se dedicar, aproximadamente, 11 horas semanais nas atividades domésticas, enquanto 52% dos maridos das segundas (os provedores) gastavam menos de dez horas semanais (MARRI & WAJNMAN, 2007.p. 24).

Quando o foco são os cuidados com as crianças pequenas, a situação de sobrecarga das mulheres é ainda mais evidente. A PNAD 2015 estimou em cerca de 10,3 milhões o contingente de crianças de menos de 4 anos de idade no País, o que representava 5,1% da população residente.

À época da pesquisa 83,7% das crianças de menos de 4 anos tinham uma mulher como primeira pessoa responsável por elas (IBGE, 2017) enquanto apenas 16,3% tinham homens como principal responsável. Dessas crianças, 46% estavam sob a responsabilidade de uma mulher 'não ocupada' e 37% delas por mulheres ocupadas. No contexto da pandemia, preocupa o fato das mulheres estarem na base dos serviços chamados essenciais.

2.2.2 Sobre a Concepção de Família e o papel da Mulher nos Aspectos Sociais

A família não se trata de um tipo de fenômeno natural ou espontâneo, todas as atribuições de papéis dentro dela são a-naturais, trata-se de uma construção, mutável de acordo com os contextos sociais, tal como todas as definições e estabelecidos das relações parentais e a organização conjugal dentro da estrutura.

Bruschin (1990 *apud* Carloto, 2005) define que:

A família é um grupo social concreto e empiricamente delimitável, que remete a um modelo cultural e sua representação. É um grupo social composto de indivíduos diferenciados por sexo e idade, que se relacionam quotidianamente, gerando uma complexa e dinâmica trama de emoções. Ela não é a mera somatória dos indivíduos que a compõem, mas sim um conjunto heterogêneo composto de seres com sua própria individualidade e personalidade. Assim, a sexualidade, a reprodução, a socialização são esferas potencialmente geradoras tanto de relações prazerosas quanto conflituosas. A divisão interna dos papéis pode ser a expressão de importantes relações de dominação e submissão, à medida que configura

uma distribuição de privilégios, direitos e deveres dentro do grupo. (BRUSCHIN, 1990 apud CARLOTO, 2005).

Martin e Ângelo (1999) em seu trabalho tentaram compreender a percepção que algumas mães em localidades de baixa renda, têm sobre a significância do seu papel em meio ao núcleo familiar tal como sua estrutura, tanto em relação a criação dos filhos quanto às medidas usadas para desempenhar esse papel de cuidadora responsável.

Para Martin e Ângelo (1989, p. 89):

[...] Isso nos indicou a necessidade de um aprofundamento no papel desempenhado pela mãe na estrutura familiar, por refletir aspectos da organização familiar, ou seja; a forma que a família divide suas responsabilidades entre os membros para cumprir o papel de educadora, provedora, cuidadora e socializadora dos filhos (MARTIN & ÂNGELO, 1989.p.89).

Percebe-se que a mulher, nos casos analisados, se aloca ao centro de toda a família, como responsável pela criação, educação e socialização dos filhos, pois, atendem às necessidades de sobrevivência dos mesmos. A mulher fica encarregada do desenvolvimento dos filhos e também é cobrada pela sociedade.

Podemos perceber que o papel desempenhado pela mãe nas famílias de baixa renda, advém de uma série de fatores socioeconômicos, implicando em um senso de cuidado e desenvolvimento familiar característico, tornando-a uma forte base sociocultural.

A desigualdade entre as divisões das tarefas domésticas, a qual sobrecarrega integralmente a mulher só reforça que o espaço do ambiente doméstico é uma relação do poder estrutural do sexo masculino para com o feminino. E segundo Vieira (2020, p. 03), “na maioria das vezes, a presença dos homens em casa não significa cooperação ou distribuição mais harmônica das tarefas entre toda a família, mas sim o aumento do trabalho invisível e não remunerado das mulheres”.

Sendo assim, é criado um estereótipo do que é ser mulher dentro do casamento. Ela é aquela que tem maior responsabilidade com a organização da casa, seja a preparação das refeições, da limpeza, compras, dentre outros. Caso haja um filho nesse ciclo familiar as divisões entre os responsáveis, feminino e masculino está criteriosamente dividido com base na desigualdade de gênero. Relacionam a mulher a características como sensível, “aquela que sabe cuidar”, delicada, entre outros

estereótipos que determinam as mulheres a trabalhos mais exaustivos, causando a sobrecarga.

Ainda, de acordo com Vieira (2020, p. 03):

A construção do estereótipo de gênero feminino associa as mulheres à sensibilidade, às capacidades instintivas e intuitivas, opondo-as às questões universais, racionais, políticas e culturais. Desse modo, elas são destinadas à devoção pelo particular: o amor familiar, os cuidados domésticos, os projetos de maternidade. Esse senso comum impede a distribuição justa das responsabilidades domésticas (VIEIRA, 2020.p.03).

2.3 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA X VIOLÊNCIA PATRIARCAL

A violência doméstica ou violência patriarcal; esse jogo entre os termos “patriarcal” e “doméstica” aqui utilizado, tem como propósito a reflexão que Bell Hooks (2019) nos traz quando relata que por muito tempo o termo “doméstica” foi utilizado como termo “suave” que supõem um sentido reservado. E segundo Hooks (2019, p. 96), “íntimo que é privado é de alguma maneira menos ameaçador, menos brutal, do que a violência que acontece fora do lar”. Enquanto o termo violência patriarcal remete a violência ao sexismo, ou seja, a dominação masculina.

Essa violência patriarcal parte de uma relação de poder nas desigualdades de gênero, onde numa relação contém dois integrantes, o agressor e a vítima. Essa relação se é estabelecida pelo o agressor do sexo masculino como superioridade a vítima, ou seja, a mulher é inferiorizada por ele. Ao inferiorizá-la ele acredita ter poder sobre o corpo da sua cônjuge.

Soares (2011, p. 166) defende que,

Do ponto de vista histórico, a partir das décadas finais do século XX, as relações simbolicamente construídas entre os sexos foram abaladas nas suas estruturas pela emergência de um lado social feminino que rejeitou as noções solidificadas dos conceitos de superioridade e inferioridade (SOARES, 2011.p. 166).

Porém, mesmo que no decorrer dos tempos a relação de objetificação e posse da mulher para com o sexo masculino haja sido desconstruído com diversas lutas feministas, existindo redes de apoios como ONG's, instituições, assistências e a própria Lei Maria da Penha LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.

Sobre a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2008), destaca-se que,

Cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar (BRASIL, 2006).

Hoje no Brasil são registrados muitos casos de violência patriarcal, em alguns casos causando o próprio homicídio. E de acordo com Vieira (2020, p. 02):

No Brasil, segundo a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), entre os dias 1º e 25 de março, mês da mulher, houve crescimento de 18% no número de denúncias registradas pelos serviços disque 100 e ligue 180 (VIEIRA, 2020.p.02).

Vieira (2020) ainda enfatiza que no Brasil dos homicídios de mulheres registrados no país, 35% são classificados pelo feminicídio causados pelos seus cônjuges ou ex-cônjuges. Isso equivale a dizer que, a cada sete horas, uma mulher é morta pelo fato de ser mulher.

Agravando a situação, no ano de 2020 os números aumentaram drasticamente devido ao isolamento provocado pela COVID-19, Vieira et al (2020) explica que alguns indicadores como a coexistência forçada, o estresse econômico e o próprio medo acerca do vírus da Covid-19 são os agravadores da situação. Causando a obrigatoriedade de a mulher ter que passar maior tempo em casa com o seu agressor. E para Loureiro (2020, p. 155), “há uma diferença entre querer ficar em casa e precisar ficar nela por um tempo que não se sabe qual e quando o que está em risco é a própria vida”.

Essas mulheres vulnerabilizadas muitas das vezes acabam sem nenhum ponto de apoio familiar ou de amigos acreditando está sem a quem pedir ajuda, pois, o seu agressor não violenta apenas sua saúde física, mas também sua saúde psicológica o fazendo acreditar que ela pertence a esse cenário. E segundo Vieira et all (2020, p. 02-02, “no isolamento, com maior frequência, as mulheres são vigiadas e impedidas de conversar com familiares e amigos, o que amplia a margem de ação para a manipulação psicológica”.

É importante deixar claro que ao acolhimento das denúncias é só um dos primeiros passos, são necessárias redes de apoio de saúde física e mental capacitadas, apoios de segurança, abrigos para essas vítimas sobreviventes dentre outros polos que mantenham essas mulheres em segurança, possibilitando o retorno do ingresso da sua independência financeira e do domínio da sua própria vida. No mesmo sentido, Vieira et al (2020, p. 03) reafirmam que, “o Estado e a sociedade devem ser mobilizados para garantir às mulheres brasileiras o direito a viver sem violência”.

E em sentido complementar, Loureiro (2020, p. 136) enfatiza que,

Lutar contra a perpetuação da violência patriarcal é uma forma de resistir e se opor a outras formas de dominação que se apoiam sistematicamente outras opressões, como de raça e classe, como Hooks também nos inspira a pensar (LOUREIRO, 2020.p.136).

Essa aversão do sexo masculino para com o feminino, essa construção de desigualdade de gênero é um discurso de ódio que em muitos casos se materializa na violência física. Então se faz necessário a luta contra essa perpetuação da violência patriarcal mencionada por Hooks (2020). Esse sistema de dominação a “minorias” precisa ser derrubado e isso só acontece por meio de lutas.

CAPÍTULO III: PROCESSO METODOLÓGICO: VIOLÊNCIA DOMESTICA: UM ESTUDO NO NÚCLEO DE APOIO DO SERVIÇO SOCIAL-CRAS

Neste capítulo se discute o caminho metodológico da pesquisa, o tipo de pesquisa é de abordagem e instrumentais de coleta de dados. No mesmo sentido ainda trata dos sujeitos da pesquisa e do universo pesquisado.

Ainda trata da análise de dados, resultados e discussões da pesquisa, na perspectiva do perfil das mulheres pesquisadas e sobre a “experiência” de violência e o conhecimento destas mulheres sobre “movimento feminista” e sobre o CRAS.

3.1 PROCESSO METODOLÓGICO DA PESQUISA: DESENVOLVIMENTO NA COLETA DE DADOS

A pesquisa científica ocupa lugar de destaque na sociedade contemporânea, uma vez que, o avanço nas tecnologias e nas possibilidades de comunicação trazem implicações para as formas de comunicar. Isso significa, por exemplo, que, a mensagem comunicada exige cada vez mais embasamento e fundamentação, sob pena de ensejar num relativo descrédito e/ou ainda possa ser diluída em informações quotidianas e, portanto, sem a importância que as discussões e reflexões sobre determinados temas requerem.

Assim, os pressupostos de uma pesquisa estão em evidência, pois, deles dependem a sua credibilidade e, em síntese, a robustez dos seus resultados. Nesse aspecto, o pesquisador deve fundamentar a pesquisa nos conceitos que dizem respeito ao tema e na realidade que os dados comunicam. Da mesma forma, deve satisfazer às seguintes condições: (a) produzir conhecimento novo; (b) possuir uma metodologia rigorosa; (c) tornar-se pública (BEILLEROT, 2001).

Por outro lado, a pesquisa não pode ter elementos próprios da militância do pesquisador no tema abordado. Sobre a atuação do pesquisador, Clemente (2017, p. 64), relembra que, “torna-se protagonista da sua pesquisa ao observar o fenômeno pesquisado, pois a coleta de dados e sua análise necessitam de olhar crítico e conhecimento dos sujeitos, suas características e categorias conceituais que os envolve”. Dessa forma, o pesquisador precisa discorrer sobre o assunto sem dar aos resultados uma abordagem decorrente da sua militância, contudo, não pode desconhecer a assunto a ponto de não saber abordá-lo nos seus conceitos.

A pesquisa, para Fiorentini e Lorenzato (2006, p. 60) é,

[...] um processo de estudo que consiste na busca disciplinada/metódica de saberes ou compreensões acerca de um fenômeno, problema ou questão da realidade ou presente na literatura o qual inquieta/instiga o pesquisador perante o que se sabe ou diz a respeito (LORENZATO, 2006.p.60).

O pesquisador deve ser o sujeito ativo da escolha do tema em função das inquietações que o instiga, mas, tornar-se-á um dependente do rigor metodológico e da realidade comunicada pelos dados com relação aos sujeitos e ao universo da pesquisa. Nesse sentido, poderá alcançar os objetivos da pesquisa (GIL, 2008).

Ainda com relação à pesquisa, de acordo com Clemente (2017, p. 65) “sua abordagem contribui para delinear o caminho a ser percorrido para alcançar esse objetivo, contudo, não é suficiente para levá-la a termo com sucesso”. Assim, Gamboa (2003, p. 404), complementa que,

As pesquisas de boa qualidade têm em comum, a abordagem dos problemas prementes da realidade, a clareza na formulação das perguntas e o rigor na construção das respostas que permitem a elaboração de um diagnóstico exaustivo dessa realidade (GAMBOA, 2003. p.404).

A abordagem de uma pesquisa, dessa forma, tem origem na formulação das perguntas e se consolida na tabulação dos dados e síntese descritiva sobre os mesmos. É nesse contexto que se constrói respostas e se elabora diagnósticos sobre a realidade dos dados pesquisados (CLEMENTE, 2017).

Para a presente pesquisa, a coleta de dados foi feita através da aplicação de questionário aos sujeitos da pesquisa. É evidente que uma pesquisa, seja qual for a sua abordagem, deve ser precedida de pesquisa bibliográfica e discussão acerca dos conceitos relacionados ao tema pesquisado. Os autores para indagar a discussão ao longo do estudo são utilizadas referências de textos como: Martins e Mazur (2009), Poster (1979), Antônio (1993), Martins (2009), Farah (2004), Fleck e Wagner (2013), Gurgel (2010), Baptista (2016), Moreira (2016), Araújo e Esmeraldo (2014), Almeida (2011), Hooks (2020), Hen (2008), Lima (2011), Carloto (2005), Vieira (2020) e Loureiro (2020), Simone de Beauvoir (2016), Heleieth Saffioti (2004).

Essa técnica baseia-se na pesquisa qualitativa e, sua relevância, para Flick (2006, p. 20) está, “[...] no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas, na reflexão dos pesquisadores a respeito de sua pesquisa, como parte do processo de produção de conhecimento, e na variedade de abordagens e métodos”.

É evidente que, na perspectiva de que grande parte dos dados podem ser quantificados, a pesquisa não resume-se ao aspecto quantitativa, pois, será sempre necessário discutir tais dados sob a luz dos conceitos relacionados à temática. Assim, a presente pesquisa destaca-se como sendo de abordagem quanti-qualitativa. Essa conotação se dá em função do caráter subjetivo em que serão focados os dados pesquisados, visando compreender melhor a natureza do objeto de pesquisa. Os dados serão discutidos na medida em que se aproximam ou divergem dos conceitos abordados nos estudos bibliográficos.

Já com relação ao objetivo, a pesquisa é descritiva. Suas características, abordagem, técnicas e instrumentos correlacionam-se com a proposta de investigação e corroboram com a coleta de dados necessários para responder às suas questões (CLEMENTE, 2017).

Sobre esse tipo de pesquisa, Bicudo (2006, p. 107) assegura que,

[...] privilegiam-se descrições de experiências, relatos de compreensões, respostas abertas a questionários, entrevistas com sujeitos, relatos de observações e outros procedimentos que deem conta de dados sensíveis, de concepções, de estados mentais, de acontecimentos (BICUDO, 2006.p. 107).

Nesse aspecto, uma proposta de pesquisar os impactos do movimento feminista na conquista dos direitos das mulheres na contemporaneidade considerou-se necessário discutir do ponto de vista do conceito, o serviço social no que concerne aos seus primeiros passos e a sua relação com a igreja católica, políticas públicas de gênero no Brasil e o encontro do feminismo e o serviço social na luta pelos direitos; foi discutido ainda o feminismo sob a perspectiva dos primeiros passos do movimento, independência financeira e autonomia feminina e sobre a concepção de família e o papel da mulher nos aspectos sociais e a violência doméstica na perspectiva de violência patriarcal.

Inicialmente a pesquisa foi pensada para ter como sujeitos, uma amostragem das mulheres atendidas no CRAS onde foram realizadas as atividades de estágio na vila Padre Cícero (Palmeirinha), município de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará. Inclusive algumas discussões foram feitas no curso das discussões teóricas utilizando-se dados de outras pesquisas relacionadas a este centro de atendimento como parte do aparato estatal que se volta ao atendimento e ao alcance dos direitos da mulher. Algumas pontuações também foram colocadas à luz da experiência de estágio e de observação das atividades e ações do CRAS.

No entanto, devido ao momento pandêmico vivido pela humanidade, o contato com estas mulheres ficou restrito a alguns atendimentos com os profissionais do CRAS, inviabilizando a realização das entrevistas com as participantes dos grupos de convivência.

Assim, a pesquisa foi realocada para aplicação de questionários junto a outro grupo de mulheres, sendo uma amostra de 40 (quarenta) mulheres, acadêmicas dos cursos de Serviço Social, Psicologia, Educação Física, Odontologia, Fisioterapia, Direito e Medicina Veterinária do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO.

Do ponto de vista do objetivo da pesquisa, a mudança de sujeitos não muda a abordagem inicial e com relação às discussões dos resultados.

No entanto, os resultados podem direcionar para uma nova compreensão dos sujeitos pesquisados, uma vez que, por exemplo, todas as mulheres pesquisadas possuem formação em curso no nível superior e, isso modifica o contexto da escolaridade inicialmente esperado, pois, possivelmente, teríamos uma diversidade neste nível de escolarização. O conhecimento sobre o movimento feminista, a sua origem, as consequências do machismo e da sociedade patriarcal têm repercussão em toda a sociedade, inclusive para aquelas mulheres que têm formação acadêmica.

O questionário foi preparado no sentido de conhecer alguns dados pessoais das mulheres entrevistadas, bem como sobre o conhecimento delas sobre o feminismo e seus objetivos e finalidades. Ainda sobre as questões, buscou-se concatená-la no sentido de, ante as respostas das entrevistadas fazer um paralelo com os conceitos relativos ao tema.

Nesse sentido é possível falar um pouco sobre o perfil da mulher pesquisada, possíveis situações de sofrimento ou abusos sofridos, o conhecimento com relação ao movimento feminista e a sua inserção no mercado de trabalho. Tais dados e discussões serão feitos na análise de resultados e discussões.

Ainda com relação ao questionário e sobre o que dele pode-se coletar como dado, Barbosa (1988) apud Wessmann (1999, p. 20) define:

Também chamados de survey (pesquisa ampla), o questionário é um dos procedimentos mais utilizados para obter informações. É uma técnica de custo razoável, apresenta as mesmas questões para todas as pessoas, garante o anonimato e pode conter questões para atender a finalidades específicas de uma pesquisa. Aplicada criteriosamente, esta técnica apresenta elevada confiabilidade. Podem ser desenvolvidos para medir atitudes, opiniões, comportamento, circunstâncias da vida do cidadão, e outras questões (WESSMANN, 1999.p.20).

É nessa perspectiva que se visualiza na análise de resultados e discussões, a percepção da necessidade de ainda superar os conceitos (ou preconceitos) do pensamento machista e do patriarcalismo ainda vigentes na sociedade, bem como, o fato imperioso de dá visibilidade ao movimento feminista e a inclusão da mulher na luta pelos seus direitos a partir da educação e a sua consequente inclusão no mercado de trabalho, para que possa, a partir daí, incluir outras mulheres.

Todo o processo de trabalho entre projeto de pesquisa e monografia totaliza meses de construção. Evidência que as discussões presentes não encerram em si mesmas, mas, podem constituir-se de ponto de partida para outras pesquisas, discussões, análises e reflexões no meio acadêmico ou no campo laboral que envolvem a mulher que representa mais da metade da população brasileira. E a mulher precisa ocupar espaços na sociedade para além do ponto de vista simbólico, mas, de modo efetivo, sem preconceitos, sem exploração e com igualdade de tratamento. Assim, pode-se pensar a superação da dominação histórica, com a qual sofre há muitos séculos.

3.2 ANÁLISE DE DADOS, RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.2.1 Quem são as Mulheres Pesquisadas?

É importante conhecer os sujeitos pesquisados não somente por que fazem parte do universo, mas, sobretudo, por que é pelas suas particularidades que se constrói o objeto da pesquisa e se promove a discussão a respeito das aproximações e/ou distanciamentos dos conceitos teóricos e da realidade que se propõe a partir da situação de estar para o vir a ser. A pesquisa pode ser um ponto de partida para embasar a mudança de uma realidade se não for consenso de que esta seja útil aos sujeitos pesquisados e à própria sociedade.

É a partir do conhecimento das mulheres que fazem parte do universo pesquisado que pode-se fazer discussões e reflexões acerca da realidade que as envolve e saber quais e que variáveis evoluíram em termos de educação, conhecimento e participação no movimento feminista, bem como, aquelas que contribuíram para a sua inserção no mercado de trabalho.

Em primeiro plano, é preciso saber quem são essas mulheres, qual o seu grau de escolarização, qual a sua identidade e como esta contribui para que possa participar nos movimentos feministas de libertação da mulher do poder patriarcal e dos ideais de dominação da mulher pelo homem. Além disso, é preciso saber os espaços ocupados por esta mulher para vislumbrar a possibilidade de “puxar mais uma” para ocupar espaço de liderança no mercado de trabalho e na sociedade.

Nesse sentido, todas as mulheres pesquisadas são da Região Metropolitana do Cariri – RMC e, no que concerne à escolarização, todas elas estão cursando nível superior. Esse dado é relevante do ponto de vista da perspectiva de conquista da independência financeira por meio da inserção no mercado de trabalho e, a formação acadêmica constitui-se de um mecanismo de preparação para tanto.

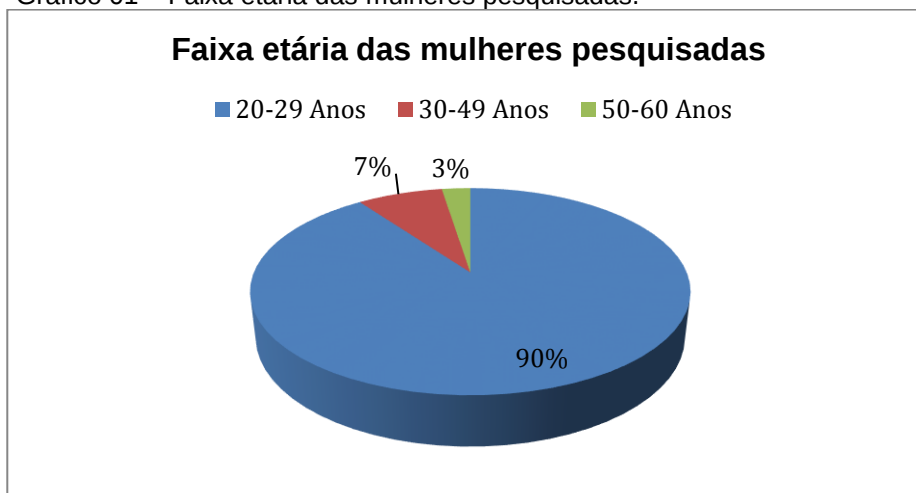
Por outro lado, a formação acadêmica pode proporcionar conhecimento sobre a luta feminista pelos direitos da mulher, com repercussões na inclusão de outras mulheres no mercado de trabalho, bem como, na sua libertação de rotinas de maus tratos, de exploração e/ou domínio machista. Assim, as mulheres pesquisadas, potencialmente são bem informadas e, têm um perfil que pode promover a sua própria libertação e contribuir para que outras mulheres assim também o façam.

As mulheres que responderam à pesquisa residem majoritariamente na zona urbana, sendo 92,5% delas, enquanto que 5% residem na zona rural e 2,5% delas não respondeu com relação a esse quesito. Reconhece-se que os dados sobre a residência são importantes para mostrar a proximidade com os principais serviços oferecidos pelo aparato estatal em situações que necessitam de acolhimento, especialmente no que diz respeito àqueles oferecidos pelo CRAS. Assim, parece factível que tais mulheres possam ter relativa facilidade de acessar tais serviços.

Com relação à faixa etária, todas as mulheres têm acima de 20 anos e esse é um dado importante por que diz respeito ao fato de que são egressas do Ensino Médio e, cursam uma licenciatura ou bacharelado. Outro detalhe é que hipoteticamente podem ter uma maturidade em relação à necessidade de se educar e, ingressar no mercado de trabalho.

Estas duas variáveis são relevantes para que possa conhecer um pouco mais sobre si mesmas, sobre a realidade do pensamento dominador e lutar pela sua liberdade e pelos seus direitos. Tais dados estão estratificados no gráfico Nº 01 abaixo:

Gráfico 01 – Faixa etária das mulheres pesquisadas.



Fonte: Primária, 2021

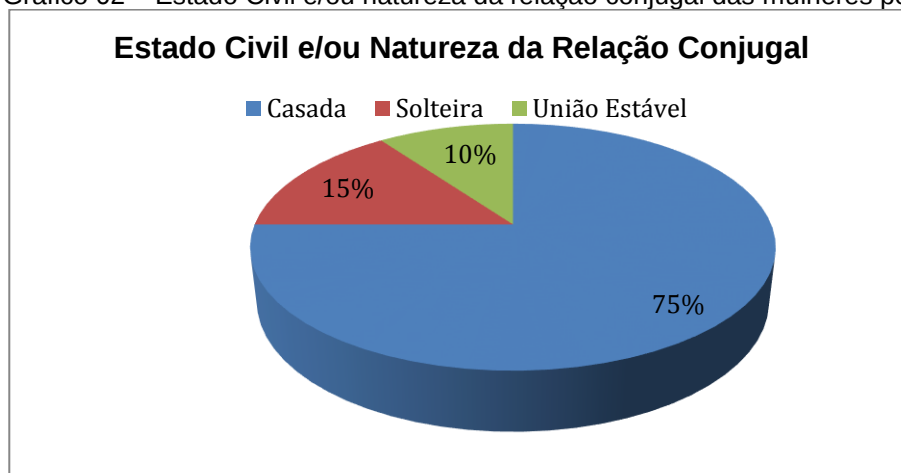
Ainda nesse contexto, compreende-se que a maturidade da mulher não somente pela idade, mas, aliada à educação, pode proporcionar um avanço na sua emancipação e empoderamento e, o conhecimento intelectual e preparação para o trabalho pode ser um caminho para a sua ascensão e inserção social.

Dessa forma, interpreta-se que a educação da mulher, ante a observação dos dados desta pesquisa, teve um avanço importante e, isso denota também um ganho para a sua emancipação e empoderamento, pois, a sua preparação intelectual e para o trabalho constituem um esteio para consolidar a sua inserção social e nas posições de liderança na administração pública e nas organizações privadas.

O estado civil ou a natureza da relação conjugal que as mulheres mantem, é um dado relevante para ser conhecido com relação às mulheres que fazem parte do universo da pesquisa. Esse dado revela a proximidade que a mulher tem em relação ao homem que é o principal protagonista da reprodução do pensamento patriarcal e das ideias de dominação da mulher.

Nesse aspecto, observa-se no gráfico N° 02 a seguir, a natureza das relações conjugais das mulheres do universo da pesquisa:

Gráfico 02 – Estado Civil e/ou natureza da relação conjugal das mulheres pesquisadas.



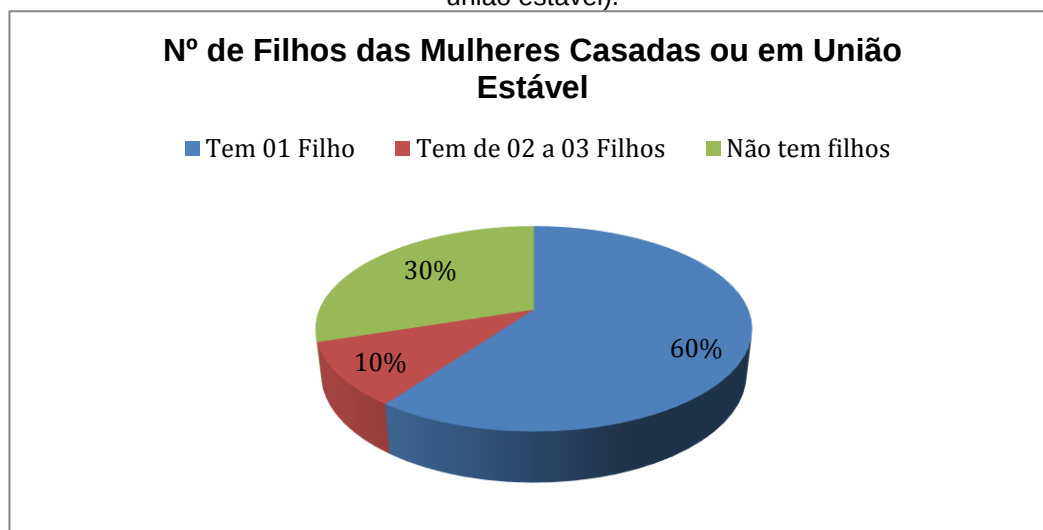
Fonte: Primária, 2021

É evidente que nem todos os homens são machistas do ponto de vista da ação deliberada e intencional, mas, as situações de exploração e de agressão e/ou violência contra a mulher ocorrem em grande medida a partir da dominação advinda do patriarcalismo e tem o homem como agressor.

Quando existe uma relação conjugal, as possibilidades de ocorrência de agressão e/ou até de violência contra a mulher no seio da família é latente, principalmente, as praticadas pelo próprio parceiro. Mas, nem sempre a dominação advém do parceiro, outros homens do convívio da mulher também exercem esse papel e, até mesmo a sociedade, de forma coletiva, reproduz essa ideia de dominação na medida em que as oportunidades nas funções de liderança no mercado de trabalho e na sociedade são ocupadas, na maioria, por homens.

Ainda neste contexto das relações conjugais todas as mulheres que responderam ter filhos, tem parceiro, seja por meio de um casamento ou de uma união estável, sendo que, destas que são casadas ou tem relacionamento estável (25% do total), 60% tem um filho, 10% tem de 2 a 3 filhos, enquanto que as demais, ou seja, 30% não têm filhos, conforme pode-se verificar no gráfico Nº 03 a seguir:

Gráfico 03 – Sobre a maternidade das mulheres que têm alguma relação conjugal (casamento ou união estável).



Fonte: Primária, 2021

O fato de a mulher ter uma relação formal com o homem e também ter uma prole tanto pode ser um indicativo do fortalecimento destas relações e, ao mesmo tempo, quando houver abusos, agressão e/ou violência por parte do parceiro, pode criar uma relação de dependência que pode perpetuar essas situações por muito mais tempo, principalmente, se a mulher não tiver independência financeira.

É evidente que quando a prole é composta por um número reduzido de crianças, a situação de perpetuação da dependência e/ou outras situações de dominação são mitigadas na medida em que a educação dessas crianças exige um dispêndio menor de tempo, energia e outros recursos para educá-la. Inclusive educando-a para a igualdade de tratamento das pessoas, independente do gênero.

É evidente que, a superação da realidade de dominação do homem em relação à mulher depende de múltiplas variáveis e, a independência financeira desta é um dos elementos da sua inclusão no mercado de trabalho e em outros espaços da sociedade. E a independência financeira pode ser pela inserção no mercado de trabalho, principalmente nos cargos de liderança, pois, quanto mais remunera melhor, quanto permite que a mulher participe nas tomadas de decisões.

Nesse sentido, das mulheres do universo pesquisado, cerca de 27,5% respondeu que possui um emprego ou fonte de renda que lhe permite ter independência financeira, enquanto que 2,5% não respondeu sobre e, a maioria, ou seja, 70% delas, respondeu que não dispõe de atividade remunerada.

Tais números são representativa de uma realidade negativa por que a maioria das entrevistas recém-egressa do Ensino Médio e ainda considera o curso superior como uma fase importante de preparação para o mercado de trabalho e, outras vezes, considera necessário dedicar-se integralmente neste nível da educação para que possa ter uma preparação efetiva na área que escolheu se profissionalizar.

Para algumas das mulheres pesquisadas, a inexistência de uma fonte de renda não decorre da própria vontade, pois almejam entrar no mercado de trabalho, inclusive na área na qual estão de qualificação, incluindo, por exemplo, os estágios remunerados que oportunizam ganhos financeiros e aprendizado profissional. Entretanto, o mercado de trabalho na área de formação ainda não absorve toda a demanda de estudantes para estágios remunerados, assim como, não absorve a massa de profissionais do sexo feminino que a cada ano emerge das universidades.

3.2.2 A “Experiência” de Violência e o Conhecimento sobre o “Movimento Feminista” e o CRAS

As discussões a respeito da agressão e/ou violência contra a mulher podem ser feitas por quaisquer pessoas que tenha empatia e se disponibilize a estudar e/ou pesquisar a temática ou ainda, conhecer a realidade de um grupo de mulheres para o qual foca a sua pesquisa. A intensidade dessa experiência e as “ranhuras que deixa na alma”, que só podem ser sentidas pelas mulheres vítimas dessa violência.

Assim, por exemplo, pode-se discutir as consequências que podem advir desta agressão e/ou violência, no entanto, as lutas pessoais e íntimas para superar os traumas, só podem ser dimensionadas por quem as viveu ou às vive no seu cotidiano. É evidente que, a ajuda de profissionais que possam intervir na orientação destas mulheres é essencial para que possam superar ou mitigar os traumas, mas, conhecer o significado da liberdade, só cabe àquelas mulheres que de fato conseguiram se libertar da dominação, dos maus tratos e da violência.

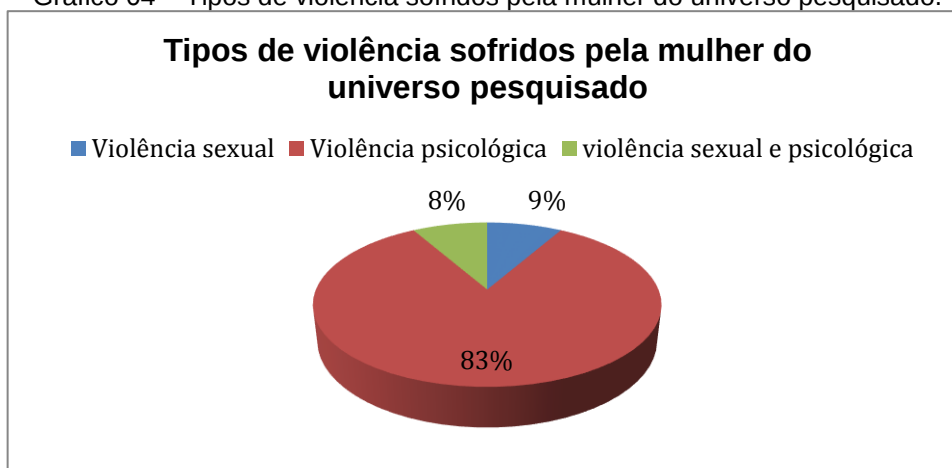
Nesse aspecto, tanto é importante ter conhecimento e/ou preparação profissional, quanto, conhecer e tomar parte nos movimentos feministas, porque pode compreender a luta pela liberdade das mulheres e pode se engajar nela. Não trata-se apenas de buscar a própria liberdade, mas, de se reconhecer dentro do movimento e buscar a mudança do pensamento patriarcal que dá às mulheres os papéis secundários na sociedade e isso só se consegue de forma coletiva.

No que diz respeito às mulheres pesquisadas, 30% delas já foram vítimas de algum tipo de violência doméstica. Isso reafirma o fato de que a violência sofrida pela mulher, em geral ocorre no ambiente onde se espera para ela o acolhimento, uma vez que a Constituição Federal de 1988 (CF/1988) assegura a inviolabilidade do lar contra invasão, agressão e/ou violência de todas as ordens.

A questão se agrava pelo fato da agressão/violência ocorrer no próprio lar e, isso torna-se um empecilho à proteção da mulher, pois a violência torna-se invisível à sociedade tanto do ponto de vista da sua ocorrência, quanto pela falta de denúncia em função da ameaça do agressor e do medo da vítima.

Com relação aos tipos de violência sofridos pela mulher do universo da pesquisa, estes podem ser percebidos no gráfico Nº 04 a seguir:

Gráfico 04 – Tipos de violência sofridos pela mulher do universo pesquisado.



Fonte: Primária, 2021

A leitura dos dados aponta para uma realidade que se perpetua na sociedade, a violência psicológica. Esse tipo de violência pode ser materializado por meio de ameaças, ou qualquer outra forma de dominação que imponha à mulher alguma forma de submissão em função desta.

A violência contra a mulher tem sido canalizada para esta modalidade, dada a repulsa que a sociedade tem tido com a violência física em função das marcas deixarem uma imagem impactante ante aos olhos de quem vê e quando a imagem da violência é exposta, em geral, a exposição da vítima e da própria violência provoca uma reação negativa, com razão, da sociedade em relação ao ato.

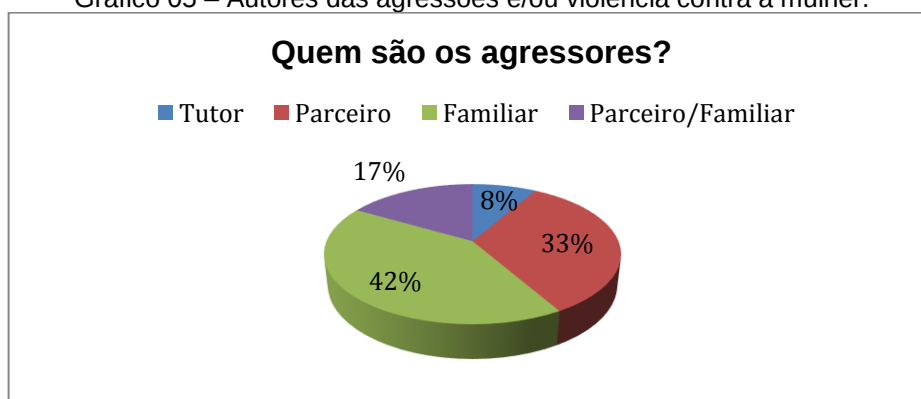
Assim, a possibilidade de exposição do ato, talvez seja um imperativo para que os casos de violência física não tenham números elevados e, na maioria das vezes a

violência psicológica tenha se tornado crescente. Dizer que os números da violência física não são elevados não significa relativizar os dados da pesquisa, por que qualquer tipo de violência, e em qualquer quantidade traz danos irreparáveis para a vítima e poder ser inclusive, extensiva à sociedade como um todo.

Os dados ainda confirmam que a violência sofrida pela mulher ocorre no seio da sua família e, em geral, é praticada por alguém que tem grande proximidade. Essa informação não é sem relevância porque é no ambiente familiar onde mais se espera proteção e acolhimento. Nesse contexto, quando ocorre uma violência, a sensação é de que está sendo retirado da mulher o primeiro aparato protetivo que é a família. Nesse caso, poucas pessoas intervêm nessas situações porque é cultural o fato de que, “não se pode interferir em assuntos de família”.

Sobre os autores das agressões e/ou violência, o gráfico Nº 05 mostra os sujeitos que fazem parte do convívio da mulher como os principais autores destas.

Gráfico 05 – Autores das agressões e/ou violência contra a mulher.



Fonte: Primária, 2021

Percebe-se a diversidade de agressores e/ou autores da violência contra a mulher e, isso remete à ideia de que o pensamento de dominação da mulher pelo homem independe da relação que o mesmo tem com ela, mas, está enraizado no patriarcalismo e no machismo da sociedade.

Dessa forma, combater esse tipo de tratamento com relação à mulher também passa por uma transformação na sociedade e, a educação tem um papel preponderante de trabalhar a educação em direitos humanos com foco no respeito às diferenças e na igualdade desses direitos.

Outra vertente da educação é projetar a necessidade de luta pelos direitos e a participação nos movimentos que dão visibilidade à mulher e a realoca para uma

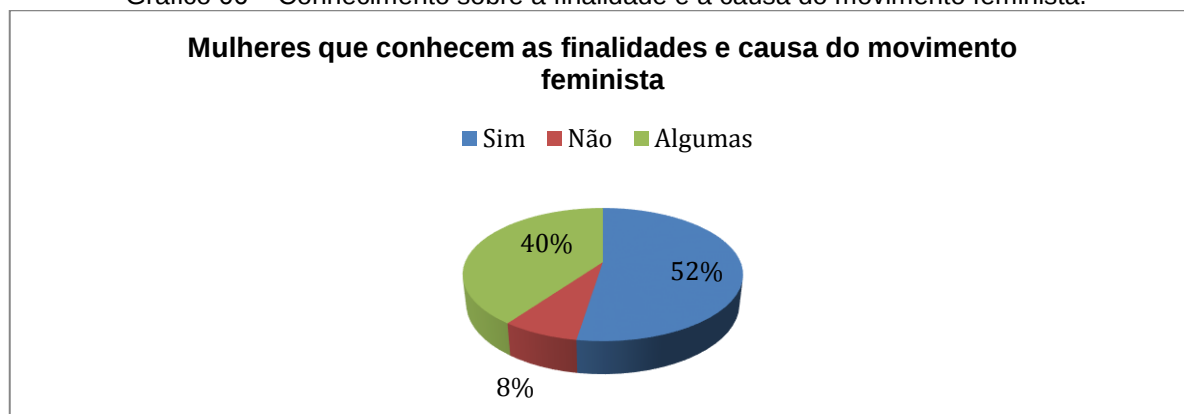
posição de luta e de reação às condições de tratamento postas. Isso é necessário por que dentre as mulheres entrevistadas, um pouco mais de 30% já esteve em um relacionamento abusivo. O que significa dizer que os parceiros também pensam a mulher como instrumento de domínio por parte deles.

Esse dado revela também que a mulher, na mesma proporção, também tem reagido a essa forma de tratamento abusivo, pois, a pergunta é enfática em dizer sobre o passado dessa relação. E se a mulher tomou a decisão de abandonar esse parceiro em função da dominação sofrida isso remete à uma tomada de consciência por parte dela, sobre a necessidade de cuidar um pouco mais de si mesma.

Nesse aspecto é preciso conhecer o quão a mulher sabe sobre o movimento feminista, sobre os seus objetivos e finalidades e/ou como se utiliza dele para pensar a sua própria libertação, mas, também de outras mulheres. Dessa forma, é preciso reconhecer que das mulheres do universo pesquisado, um pouco mais de 97% respondeu que já ouviu falar no termo “movimento feminista”, sem, no entanto, detalhar sobre a sua participação nesse movimento.

Já sobre o conhecimento da finalidade e causa do movimento feminista, as mulheres responderam conforme os dados apresentados no gráfico N° 06 a seguir:

Gráfico 06 – Conhecimento sobre a finalidade e a causa do movimento feminista.



Fonte: Primária, 2021

Conhecer sobre a finalidade e a causa do movimento feminista significa, para a mulher, conhecer sobre as próprias possibilidades de liberdade. Quer dizer muito sobre como ela participa na ocupação dos espaços sociais, inclusive assumindo as funções de liderança e atuando no processo de inclusão das demais mulheres.

E, por exemplo, se no contexto atual, as mulheres do universo da pesquisa ainda não estão imersas no mercado de trabalho, a sua preparação, junto à

consciência da necessidade de participação nas lutas, inclusive nos movimentos feministas, pode apontar para uma perspectiva de inclusão e de libertação destas mulheres dos ideais de dominação machistas.

É preciso pensar que o ideal seja a mulher não precisar do aparato estatal de tratamento e proteção em relação às consequências dos maus tratos, agressões e violências sofridas, pois, assim, teríamos uma sociedade que a respeita e a trata em igualdade de condições e oportunidades. No entanto, é pouco palpável que uma sociedade pautada no patriarcalismo e no pensamento machista não tenha de conviver com situações que precisam do aparato estatal para acolher as vítimas dessa violência, mas, também para combatê-la.

Nesse sentido, as instituições de retaguarda para a mulher vítima de agressão e/ou violência é um imperativo necessário. E se assim se concebe, é preciso que a mulher conheça um pouco sobre estes serviços para que, se eventualmente necessitar, ter como utilizá-los, ou ainda orientar a outras mulheres que eventualmente possam precisar.

Sobre a importância do CRAS como ferramenta importante para a comunidade, os números apontam que 95% das mulheres entrevistadas, ao responder, o compreendem como relevante para a comunidade e imprescindível ao atendimento das mulheres que necessitam do seu apoio e das ações neste âmbito desenvolvidas. Das demais, 2,5% diz não saber, ou ainda não reconhece essa importância e, outros 2,5% por algum motivo, acabou não respondendo a este questionamento.

Estes números interconectam porque a maioria das mulheres do universo pesquisado está estudando, em nível superior, em áreas que dizem respeito à saúde, ao corpo humano e tratam de alguma forma, sobre os direitos individuais e coletivos. Além disso, parte destas mulheres opina sobre ou se utiliza o CRAS como uma rede de apoio pessoal, seja porque trabalham ou por que são atendidas por essa estrutura estatal a seu serviço.

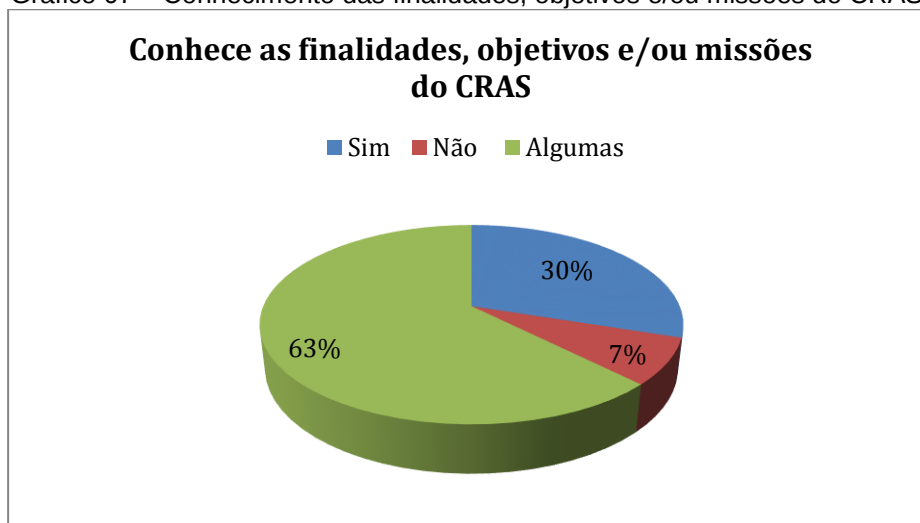
Nesse aspecto, os dados apontam que 62,5% das mulheres entrevistadas opinam ou utilizam o CRAS como uma rede de apoio pessoal. Tal percentual não é sem relevância por que se a mulher o utiliza é por que precisa de alguma forma, das ações e políticas públicas oriunda desta estrutura do estado a serviço das pessoas, inclusive, as mulheres vulneráveis.

Por outro lado, se uma parte destas mulheres também reconhece o CRAS como parte de uma rede de apoio em função de conhecer essa estrutura, também

configura-se como um fator positivo, contudo, as mulheres que (cerca de 35%) que não reconhecem essa estrutura como parte da rede de apoio pessoal para si mesma, no entanto, vamos ver ao longo desta discussão que elas conhecem os seus objetivos e finalidades.

Sobre o conhecimento das finalidades, objetivos e/ou missões do CRAS as mulheres entrevistadas responderam conforme dados apresentados no gráfico Nº 07 a seguir:

Gráfico 07 – Conhecimento das finalidades, objetivos e/ou missões do CRAS.



Fonte: Primária, 2021

Pela perspectiva dos dados apresentados, percebe-se que a maioria absoluta das mulheres pesquisadas conhecem as finalidades, objetivos ou missões do CRAS, enquanto que apenas 7% delas desconhecem. Esse dado aponta para o fato de que o CRAS já está, em grande medida, conhecido na comunidade. Isso não significa que esse pequeno percentual de pessoas que desconhecem o CRAS, não deve ser comunicado sobre a sua finalidade e como este desenvolve suas ações voltadas para o acolhimento das mulheres vulneráveis.

A pesquisa, dessa forma, é um recorte da realidade de exploração e dominação sofrida pela mulher na sociedade contemporânea e, a sua representação como amostra da sociedade conexões entre a agressão e a violência com o ambiente familiar, ao mesmo tempo em que também tem relações significativas com os parceiros, independente da relação conjugal que mantenha.

Dessa forma, a situação de dominação e violência contra a mulher não é restrita ao seio familiar por que se amplia na sociedade como pressuposto do patriarcalismo

que imperou na humanidade como premissa das relações na sociedade. Desse modo, as relações de dominação se multiplicam na sociedade, por meio da falta de acesso da mulher aos espaços sociais, nas funções de liderança, tanto na vida social, quanto na vida laboral.

Nesse aspecto, ante a realidade, é preciso pensar o Estado como protetor das pessoas mais vulneráveis, mas, a sociedade precisa, por seus membros, ser proativa na mudança da realidade que julga-se inadequada. Nesse sentido, do ponto de vista da formação, o Estado tem o papel de educar as pessoas para os direitos humanos, no sentido de respeitar as diferenças.

No mesmo sentido, o CRAS configura-se como uma estrutura do Estado a serviço dos sujeitos vulneráveis na sociedade, inclusive a mulher que precisa da retaguarda das suas ações. E nesse âmbito, o movimento feminista como espaço de iniciativa da sociedade é imprescindível à provocação de ações governamentais e da própria sociedade para também educar no respeito aos direitos humanos e necessidade de participar nas lutas, mas, também para reivindicar o respeito aos direitos da mulher e a participação nos processos decisórios na sociedade.

Considera-se evidente que a estrutura de educação, de ação social, de saúde de justiça, etc devem estar à disposição para atender à mulher que esteja em vulnerabilidade social, inclusive quando é vítima de agressão e/ou violência, pois, o Serviço Social, por si só, não responde pelas demandas que envolvem a mulher e que surgem nos casos em concreto. E por outro lado, a própria sociedade tem de se envolver nas discussões do processo educativo e construção de uma consciência que vise a justiça social e a igualdade de gênero, independente do gênero. E o movimento feminista tem sido um espaço de participação e discussão desse processo de mudança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração todo o contexto percorrido, é necessário salientar a importância da política pública reprimindo a Violência contra a mulher. É por meio dessas políticas que o Estado intervém para apoiar a sociedade, e junto com ela proporciona ajuda. É importante notar que muito trabalho foi feito a nível nacional para combater este tipo de Violência, por meio da ratificação de tratados e Conformidade

com a Declaração Universal dos Direitos Humanos; princípio do mesmo sexo Incorporado na constituição de cidadania de 1988 para alcançar a igualdade entre homens e mulheres.

E dentro dessas conformidades, o serviço social abarca todo um contexto histórico em que se pode vivenciar as expressões da questão social com análise do ser mulher dentro de uma questão patriarcal e contemporânea. Evidenciando a importância da assistência em meio a trabalhos e garantia de direitos. Essa realidade do serviço social o encaminha para a necessidade de se adequar às demandas dos fatos em concreto e também da evolução da norma jurídica que assegura os direitos humanos fundamentais.

Nesse sentido, é preciso lutar pelos direitos humanos das mulheres e pela cessação da situação de dominação destas pelo homem em função do patriarcalismo dominante na sociedade durante séculos, inclusive com a anuência e fomento da igreja católica. A legislação contemporânea aponta para a necessidade de implementação de políticas públicas de atendimento e proteção da mulher, mas, também de educação de toda a sociedade no sentido de modificar o status quo atual e dá possibilidade de participação nas posições de liderança no mercado de trabalho e nos processos decisórios na sociedade.

Assim, o movimento feminista, com origem em lutas históricas pela oportunidade de participação em fatos históricos da humanidade, se intercepta com os ideais do serviço social, qual seja, o de lutar pelos e assegurar os direitos das mulheres. Não é que o serviço social tenha como missão atender somente as mulheres, mas, com esta faz parte de um grupo de pessoas que, frequentemente estão em vulnerabilidade social, a luta feminista ganha uma parceria no fortalecimento dos seus objetivos.

Essa vulnerabilidade da mulher decorre da concepção de família, difundido na humanidade, com o homem como o centro das decisões e a mulher com um papel secundário, levando-a a ter igual papel também na sociedade. Esse pensamento, chamado de patriarcal, também fomentou o crescimento de um comportamento machista na sociedade. Isso se arraigou a tal ponto na sociedade que constitui o principal papel da sociedade e do estado, fazer a desconstrução desse pensamento a partir de uma educação que promova a educação em direitos humanos, com foco na igualdade entre as pessoas, independente de gênero.

Essa percepção tem implicações na mudança do paradigma universal e equivocado de que a mulher não é capaz de liderar e tomar decisões que tenham impacto na sociedade como um todo. Isso não significa colocar o homem em uma posição de submissão, mas, colocar a mulher em uma posição de igualdade, tanto na inclusão em cargos e funções de liderança, quanto nas oportunidades de acesso e tomada de decisões.

Dessa forma, compreende-se que a educação e a independência financeira são dois instrumentos que podem conduzir à liberdade da mulher com relação ao domínio do homem e percebe-se que já houve avanços na educação que, decorre da universalização da educação básica, da expansão do número de vagas na universidade e do próprio pensamento da mulher em relação à sua própria escolarização. Há ainda um relativo reconhecimento da sociedade em relação à necessidade da mulher de educar-se e, a própria experiência da mulher em cargos de liderança já demonstra a sua capacidade de exercê-lo com o mesmo, e até maior sucesso do homem.

Percebe-se que a própria escolarização da mulher e a sua inserção no mercado de trabalho, possibilita maior qualidade de vida para sua família e, nesse sentido, a sua posição de chefe de família implica em maiores preocupações com a educação de todos os seus membros, inclusive no que concerne aos direitos fundamentais de cada um e cada uma.

No contexto da pesquisa a questão da educação das mulheres fica muito evidente, uma vez que todas frequentam curso superior e, além disso, percebe-se que a maioria tanto conhece o movimento feminista, quanto também reconhece o CRAS como um instrumento de retaguarda ao acolhimento da mulher em situação de vulnerabilidade social, incluindo aquelas que foram vítimas de agressões e/ou violência na sociedade.

A pesquisa mostra que a situação de agressões e/ou violência contra a mulher ainda é presente na sociedade e isso reafirma que os resquícios do pensamento patriarcal e a machista permeia a sociedade e, que ainda serão necessários muitos anos para a reversão dessa forma de pensar as relações com a mulher tanto na família, quanto na sociedade. É urgente, contudo, reverter a situação de agressão e violência contra a mulher, bem como as situações de relacionamentos abusivos, pois, as sequelas físicas e psicológicas decorrentes desse tipo de ação podem ser irreversíveis.

Ainda percebe-se que as situações de agressão e violência ocorrem no seio da família e têm como autores, homens, que fazem parte do convívio das mulheres e que a violência mais frequente é a do tipo psicológica. Essa característica da violência pode significar uma maneira do homem maquiar a agressão por que não deixam marcar perceptíveis com facilidade à sociedade. Esse tipo de violência, contudo, deixa marcas profundas na alma da mulher.

Pela apresentação dos dados, reconhece-se que houve avanços na educação, na disposição de retaguarda para a mulher vítima de agressões e/ou violência e na busca por conhecimento em relação ao movimento feminista, contudo, as ocupações de posições de liderança, tanto no mercado de trabalho, quanto nos processos decisórios na sociedade precisam avançar.

Em análise ao que foi abordado, é necessário salientar sobre a importância dos movimentos feministas como um parceiro do Estado na luta pela igualdade de direitos para as mulheres. O primeiro na mobilização das mulheres para a luta e para a participação reivindicando estes direitos e denunciando as situações de maus tratos, exploração e domínio por parte dos homens, dando ampla ligação ao mundo da educação e reconhecimento aos direitos consagrados constitucionalmente.

É evidente que o movimento feminista precisa adentrar ainda mais nos ambientes educativos e acadêmicos, visando formar futuros profissionais que fomente a inclusão e a igualdade para todos, por que para vivenciar isso é necessário ter conhecimento. E em paralelo à educação, o serviço social é a melhor representação do Estado no enfrentamento das situações presentes de desigualdade e agressão e/ou violência contra a mulher.

REFERÊNCIAS

AMÉLIA, A. C. **Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança?** Estudos Avançados. [S.l.]: [s.n.]. 2003. p. 35-63.

ALMEIDA, de Jane S. **As relações de poder nas desigualdades de gênero na educação e na sociedade** Campo Grande- MS, n. 31, p. 165-181, jan/jun. 2011

BARRÉRE , V. M.; ANGELO, M. **A Organização Familiar Para O Cuidado Dos Filhos: Percepção Das Mães Em Uma Comunidade De Baixa Renda.** Latino-Am. Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 7, p. 89-95, outubro 1999.

BAPTISTA, C. L. **A democracia ateniense clássica.** *Filosofia Capital*, 2016.

BARROS, R. B. **jus.com.br**, 2018. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/63694/o-conceito-de-familia-a-luz-da-constituicao-de-1988-e-a-necessidade-de-regulamentacao-das-relacoes-concubinarias>>. Acesso em: 25 out. 2020.

BEILLEROT, Jacky. A pesquisa: esboço de uma análise. In: ANDRÉ, Marli (Org.). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. Campinas: Papirus, 2001.

BEAUVOIR, Simone. (2016) **O segundo sexo. Trad.** Sérgio Milliet. 3ed. Rio: Nova BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. A experiência vivida (Vol. 2). 2.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BRASIL, **Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006** (Lei Maria da Penha).

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Políticas Públicas para as Mulheres**. Brasília: SPM, 2012.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil. O longo caminho**. Rio de Janeiro: Casa Jorge editorial, 2013.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na política de assistência social**. Brasília: CFP/CFESS, 2007.

CLEMENTE, Célio de Mendonça de. **As práticas educativas dos professores de Matemática do Ensino Médio com ênfase à nova concepção do ENEM: Um estudo na rede pública estadual do Ceará**. Dissertação de Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática. Universidade Federal de Sergipe (UFS). São Cristóvão: PPGEICIMA/UFS, 2017.

DE SOUZA, M. M.; MARCELA, S. M. **O CRAS E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**. universidade federal do maranhão. maranhão, p. 9.

FIORENTINI, Dario; LORENZATO, Sérgio. **Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos**. Campinas: Autores Associados, 2006.

FLECK, A. C.; WAGNER. (2013). **A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar**. *Psicologia em Estudo, Maringá*, v. 8, p. 31-38, 2003.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

FLICK, U. (2013). **INTRODUÇÃO A METODOLOGIA DE PESQUISA: UM GUIA PARA INICIANTES** (UNICA ed., Vol. UNICO). (L. A. FREITAG, Ed., & M. LOPES, Trad.) PORTO ALEGRE: PENSO.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, p. 47-71, jan./abr., 2004.

FRANÇA, A. L. D.; SCHIMANSK, É. **Mulher, trabalho e família: uma análise sobre a dupla jornada feminina e seus reflexos no âmbito familiar**. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, p. 65-78. 2009.

FRASER, n. (julho/dezembro de 2009). **O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. Contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais**, pp. 11-33.

GAMBOA, Sílvio Ancisar Sánches. Pesquisa qualitativa: superando tecnicismos e falsos dualismos. In: **Contrapontos**. vol. 3. n. 3. p. 393-405, set./dez. Itajaí, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como elabora projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, I. M.; WAJNMAN, S. Esposas como principais provedoras. In: **Bras. Est. Pop**, São Paulo, v. 24, p. 20_35, junho 2007.

GURGEL, t. (23-26 de agosto de 2010). **Feminismo e luta de classe: história, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade**. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos.

HENN, E. F. **Cinema e Educação: um caminho metodológico**, educação e realidade. jan/jun de 2008.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 1 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

KLEBA, t. I. (2010). **Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão**. Katál. Florianópolis, 66-75.

LAGARDE Y DE LOS RIOS, Marcela. Op. Cit, p. 81.

LIMA, Cintia. **Veja o machismo: discursos sobre machismo produzidos por Millôr Fernandes na revista Veja (1968-1984)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 66-75, jan/ jun. 2010.

LOUREIRO, Anita **A espacialidade aberta e relacional do lar: a arte de conciliar maternidade, trabalho doméstico e remoto na pandemia de Covid-19** Rev.

Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 16, n. 1, Especial COVID-19. pág. 154-166, maio 2020

MARIA, C. C. A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. **Textos & Contextos**, v. 4, p. 2-17, dezembro 2005.

MARTINS, Mario de Souza; MAZUR, Silvane Marcela. **O CRAS E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**. In. **Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 4., 2009.

MOREIRA, J. S. (2016). **Objetificação Colonial dos Corpos Negros**. Rio de Janeiro.

SÃO LUIZ, MA. **NEOLIBERALISMO E LUTAS SOCIAIS: perspectivas para as Políticas**. POSTER, M. (1979). *Teoria Crítica da Família*. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores.

OLIVEIRA, N. D. F.; GONZALEZ, R. Aumento da participação de mulheres no mercado de trabalho: mudança ou reprodução da desigualdade? **IPEA**, p. 21-66, novembro 2009.

PARRY, R. S. Ruralidade e mulheres responsáveis por domicílios no norte e no nordeste. **Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 425-436, maio-agost 2007.

PRODANOV, C. C., & FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. NOVO HAMBURGO: FEEVALE, 2013.

SEBRAE, M. G. **Políticas Públicas: Conceitos e Práticas**. Vol. 7. Belo Horizonte: Casa de Editoração e Arte Ltda., 2008.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004a, p. 75,102,105.

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SNAS. **Tipificação Nacional de. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**, 2013.

SOUZA, M. M., & Marcela, S. M. (s.d.). **O CRAS e a política de assistência social**. IN: IV Jornada internacional de políticas públicas, pp. 1-8.

VIEIRA, Pâmela et al. **Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela?** REV BRAS EPIDEMIOL 2020; 23: E200033

VILLELA, M. I. **80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão***. pp. 13-38. 2017.